

ADELICIO MACHADO DOS SANTOS

CARLOS LESSA E O BRASIL:

DEMOCRACIA E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO



2026

Adelcio Machado dos Santos

CARLOS LESSA E O BRASIL

Democracia e Desenvolvimento Econômico

1ª EDIÇÃO



SÃO LUÍS - 2026



EDITORA NOVUS

SÃO LUÍS - MA - 2026



WWW.EDITORANOVUS.COM.BR



EDITORANOVUS@GMAIL.COM

Diagramação e Edição

Eduardo Mendonça Pinheiro

Edição de Arte

Romilson Carneiro Rodrigues

Conteudista

Adelcio Machado dos Santos © 2026

Normalização

José Marcelino Nascimento Veiga Júnior



© 2026 Copyright – Direitos reservados. A Editora Novus é detentora dos direitos autorais relativos à edição, diagramação e ao projeto gráfico da presente obra. Os autores permanecem titulares dos direitos autorais de seus respectivos textos. Esta publicação está licenciada sob a Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0), permitindo a reprodução, o download e o compartilhamento total ou parcial do conteúdo, desde que a fonte seja devidamente citada, com atribuição obrigatória de autoria, e que a obra seja disponibilizada exclusivamente em Acesso Aberto (Open Access). Não é permitida qualquer forma de alteração, adaptação ou modificação do conteúdo, bem como sua disponibilização em plataformas de acesso restrito ou com finalidade comercial.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

S237c

Santos, Adelcio Machado dos

Carlos Lessa e o Brasil: Democracia e desenvolvimento econômico. / Adelcio Machado dos Santos. – São Luís: Editora Novus, 2026.

96 f.: il. color.

Publicação digital (e-book) no formato PDF

ISBN: 978-65-84364-28-8

DOI: 10.29327/5780477

1. Carlos Lessa. 2. Democracia. 3. Desenvolvimento econômico. 4. Estado. 5. Pensamento econômico. 6. Brasil. I. Título.

CDU: 330.34(81)

Elaborado por José Marcelino Nascimento Veiga Júnior – CRB 13/320

CONSELHO EDITORIAL

Dr^a Anali Linhares Lima
M.Sc. Alan Jefferson Lima de Moraes
Dr. André Leonardo Demaison Medeiros Maia
Dr^a Anna Christina Sanazario de Oliveira
Dr^a Aurea Maria Barbosa de Sousa
Dr^a Camila Pinheiro Nobre
Dr. Claudio Alves Benassi
Dr. Cleiseano Emanuel da Silva Paniagua
Dr^a Claudiene Diniz da Silva
Dr. Diogo Guagliardo Neves
M.Sc. Eduardo Oliveira Pereira
Dr^a Elba Pereira Chaves
Dr. Elmo de Sena Ferreira Junior
M.Sc. Érica Mendonça Pinheiro
Dr. Fabio Antonio da Silva Arruda
M.Sc. Fernanda Tabita Barroso Zeidan
Dr. George Alberto da Silva Dias
Dr^a Gerbeli de Mattos Salgado Mochel
Dr^a Giselle Cutrim de Oliveira Santos
Dr^a Herlane de Olinda Vieira Barros
Dr^a Ivete Furtado Ribeiro Caldas
M.Sc. José Carlos Durans Pinheiro
M.Sc. Josiney Farias de Araújo

M.Sc. Julianno Pizzano Ayoub
Dr. Leonardo França da Silva
M.Sc. Lucianna Serfaty de Holanda
Dr^a Luciara Bilhalva Corrêa
Dr^a Luana Martins Cantanhede
Dr^a Maria Raimunda Chagas Silva
Dr^a Marina Bezerra Figueiredo
M.Sc. Mayanne Camara Serra
Dr^a Michela Costa Batista
Dr. Moisés dos Santos Rocha
Dr^a Priscila Xavier de Araújo
M.Sc. Ramaiany Carneiro Mesquita
Dr^a Rita de Cássia Silva de Oliveira
M.Sc. Rosany Maria Cunha Aranha
Dr. Saulo José Figueiredo Mendes
Dr^a Samantha Ariadne Alves de Freitas
Dr^a Sandra Imaculada Moreira Neto
M.Sc. Shirley Ribeiro Carvalho
Dr^a Sinara de Fátima Freire dos Santos
M.Sc. Tatiana Mendes Bacellar
Dr^a Thais Roseli Corrêa
Dr^a Thalita Karolline de Queiroz Pereira
M.Sc. Victor Crespo de Oliveira
Dr. Wellinton de Assunção
Dr. William de Jesus Ericeira Mochel Filho

Acesse www.editoranovus.com.br/corpo-editorial-2/ para conhecer os membros do Corpo Editorial

Parecer editorial e avaliação por pares

Os trabalhos que integram esta obra foram submetidos à apreciação do Conselho Editorial da Editora Novus e avaliados por pareceristas externos, por meio do sistema de revisão por pares (peer review), tendo sido considerados aptos para publicação.

Nota editorial: Trata-se de uma produção de caráter independente, na qual os direitos autorais permanecem sob a titularidade de seus respectivos autores. Eventualmente, alguns textos podem apresentar desdobramentos de pesquisas, comunicações ou trabalhos acadêmicos previamente apresentados ou defendidos, cabendo aos autores a observância rigorosa das boas práticas acadêmicas, especialmente no que se refere à prevenção do autoplágio. O conteúdo das obras é de responsabilidade exclusiva dos autores, não refletindo, necessariamente, o posicionamento da Editora Novus, dos organizadores, dos revisores ou dos membros do Conselho Editorial.

Livro dedicado à memória de
Pedro Ivo Campos

“O processo de desenvolvimento econômico no Brasil não pode ser compreendido apenas como crescimento quantitativo; ele exige uma transformação estrutural que combine mudança produtiva com inclusão social”

(Carlos Lessa).

LESSA, Carlos. A estratégia de desenvolvimento 1974-1976: sonho e fracasso. Campinas: Instituto de Economia, Unicamp, 1998.

AUTOR



O Prof. Dr. Adelcio Machado dos Santo é economista (CORECON/SC 3840) e sociólogo (MT/SC 222).

Doutor e Pós-Doutor em Engenharia e Gestão do Conhecimento (UFSC). Mestre em Relações Internacionais. Bacharel em Ciências Econômicas e em Sociologia.

Labora nas seguintes áreas de pesquisa: Economia Política Internacional, Sociologia do Desenvolvimento, Planejamento Urbano e Regional, Filosofia da Psicanálise, Constitucionalismo, Saúde Coletiva e Desenvolvimento Rural.

Ex: Reitor, coordenador de curso, vogal da Comissão Própria de Avaliação (CPA), Núcleos Docentes Estruturante (NDE) e colegiado de curso.

Integrou os Conselhos Estaduais de Educação, Cultura e Desportos em Santa Catarina.

Militou no "staff" da Assembleia Constituinte de Santa Catarina, Assembleia Legislativa de Santa Catarina, Tribunal de Contas de Santa Catarina, Secretaria de Estado da Educação e Secretaria de Estado da Fazenda.

Avaliador científico de projetos, eventos, editoras e periódicos.

Consultor do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas (INEP) e Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Estado de Santa Catarina (FAPESC).

Vogal das seguintes instituições: Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Administração (ANPAD), Conselho Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Direito (CONPEDI), Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Estudos de Lazer (ANPEL), Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo (ANPTUR), Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPEd), Associação Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação (ANCIB), Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Música (ANPPOM) e Associação Brasileira de Pesquisa e Pós-Graduação em Artes Cênicas. (ABRACE), Associação Keynesiana Brasileira (AKB).

Registrado nas seguintes organizações de controle corporativo/SC: CORECON, CREA, CRA, CRQ, CONRERP, OAB, CRBio, MT.

Por final, deu a lume a 102 livros, 165 capítulos de livros e 448 artigos científicos.

RESUMO

Esta monografia analisa o pensamento de Carlos Lessa acerca da relação entre democracia e desenvolvimento econômico no Brasil, situando suas contribuições no campo do pensamento econômico e social brasileiro. Partindo de uma revisão bibliográfica, o estudo discute os conceitos centrais de democracia e desenvolvimento, suas inter-relações e as abordagens teóricas que marcaram a trajetória do desenvolvimento brasileiro, com ênfase no estruturalismo e no desenvolvimentismo. A pesquisa examina a biografia intelectual de Carlos Lessa e os principais temas de sua obra, destacando sua crítica ao neoliberalismo, a defesa do Estado como agente indutor do desenvolvimento e a valorização do mercado interno como base para a inclusão social. Ao abordar a democracia como processo histórico, o trabalho evidencia a centralidade da participação popular, do fortalecimento das instituições democráticas e da soberania nacional na formulação de políticas econômicas. No campo do desenvolvimento econômico, analisa-se a crítica de Lessa à financeirização da economia, à desindustrialização precoce e à inserção internacional subordinada do Brasil, bem como suas propostas de reindustrialização, planejamento estatal e redução das desigualdades sociais e regionais. Por fim, a monografia discute os desafios contemporâneos da economia brasileira e os modelos econômicos em disputa, ressaltando a atualidade do pensamento de Carlos Lessa para a construção de um projeto nacional de desenvolvimento democrático, inclusivo e soberano. Conclui-se que a obra de Lessa oferece importantes subsídios teóricos e políticos para compreender os dilemas estruturais do Brasil e para repensar estratégias de desenvolvimento articuladas à democracia e à justiça social.

Palavras-chave: Carlos Lessa; democracia; desenvolvimento econômico; estado; pensamento econômico brasileiro.

ABSTRACT

This monograph analyzes Carlos Lessa's thought on the relationship between democracy and economic development in Brazil, situating his contributions within Brazilian economic and social thought. Based on a bibliographic review, the study discusses the central concepts of democracy and development, their interrelations, and the theoretical approaches that have shaped Brazil's development trajectory, with emphasis on structuralism and developmentalism. The research examines Carlos Lessa's intellectual biography and the main themes of his work, highlighting his critique of neoliberalism, his defense of the State as a driving force of development, and the valorization of the domestic market as a foundation for social inclusion. By addressing democracy as a historical process, the study underscores the importance of popular participation, the strengthening of democratic institutions, and national sovereignty in the formulation of economic policies. In the field of economic development, the analysis focuses on Lessa's critique of financialization, premature deindustrialization, and Brazil's subordinate international insertion, as well as his proposals for reindustrialization, state planning, and the reduction of social and regional inequalities. Finally, the monograph discusses the contemporary challenges of the Brazilian economy and the economic models in dispute, emphasizing the relevance of Carlos Lessa's thought for the construction of a democratic, inclusive, and sovereign national development project.

Keywords: Carlos Lessa; democracy; economic development; state; brazilian economic thought.

LISTA DE ABREVIATURA E SIGLAS

BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

CEPAL – Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe

CF/88 – Constituição Federal de 1988

CNI – Confederação Nacional da Indústria

FMI – Fundo Monetário Internacional

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IDH – Índice de Desenvolvimento Humano

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

ISI – Industrialização por Substituição de Importações

OCDE – Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico

ONU – Organização das Nações Unidas

PIB – Produto Interno Bruto

PND – Plano Nacional de Desenvolvimento

PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

SELIC – Sistema Especial de Liquidação e Custódia

SUDENE – Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste

TNCs – Empresas Transnacionais

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	13
INTRODUÇÃO	
CAPÍTULO 2	16
CONCEITOS CENTRAIS PARA O ESTUDO	
<i>Democracia: definição e indicadores</i>	<i>18</i>
CAPÍTULO 3	21
DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO: TEORIAS E MÉTRICAS	
CAPÍTULO 4	25
RELAÇÃO ENTRE DEMOCRACIA E DESENVOLVIMENTO	
CAPÍTULO 5	29
ABORDAGENS TEÓRICAS SOBRE DESENVOLVIMENTO NO BRASIL	
CAPÍTULO 6	32
CARLOS LESSA: VIDA, OBRA E CONTRIBUIÇÕES	
CAPÍTULO 7	35
BIOGRAFIA DE CARLOS LESSA	
CAPÍTULO 8	39
PRINCIPAIS TEMAS DE PESQUISA E DEBATE	
CAPÍTULO 9	42
TEORIA DO DESENVOLVIMENTO NACIONAL	
CAPÍTULO 10	46
DEMOCRACIA E PARTICIPAÇÃO SOCIAL	
CAPÍTULO 11	50
CRÍTICA AO NEOLIBERALISMO	
CAPÍTULO 12	54
CARLOS LESSA E A DEMOCRACIA	
CAPÍTULO 13	58
DEMOCRACIA COMO PROCESSO HISTÓRICO	

CAPÍTULO 14	62
PARTICIPAÇÃO POPULAR E INSTITUIÇÕES DEMOCRÁTICAS	
CAPÍTULO 15	66
O PAPEL DO ESTADO NO FORTALECIMENTO DA DEMOCRACIA	
CAPÍTULO 16	70
CRÍTICAS ÀS FORMAS CONTEMPORÂNEAS DE GOVERNANÇA	
CAPÍTULO 17	74
CARLOS LESSA E O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	
CAPÍTULO 18	78
A ECONOMIA BRASILEIRA E OS PARADIGMAS DO DESENVOLVIMENTO	
CAPÍTULO 19	82
PROPOSTAS DE POLÍTICA ECONÔMICA SEGUNDO CARLOS LESSA	
CAPÍTULO 20	86
DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS E MODELOS ECONÔMICOS DO BRASIL	
CAPÍTULO 21	90
CONSIDERAÇÕES FINAIS	
REFERÊNCIAS	93

1

INTRODUÇÃO



A reflexão sobre o desenvolvimento econômico brasileiro tem sido historicamente atravessada por disputas teóricas, políticas e ideológicas que revelam não apenas diferentes projetos de nação, mas também distintas concepções acerca do papel do Estado, da democracia e da inserção do Brasil no sistema capitalista mundial. Nesse contexto, o pensamento de Carlos Lessa ocupa lugar de destaque no debate econômico e político nacional, sobretudo por articular, de forma crítica e original, a relação entre democracia, desenvolvimento econômico e soberania nacional. Economista, intelectual público e formulador de políticas, Lessa construiu uma obra marcada pela defesa de um projeto nacional de desenvolvimento comprometido com a inclusão social, o fortalecimento do Estado e a ampliação da participação democrática, posicionando-se de forma contundente contra perspectivas liberalizantes e modelos econômicos subordinados às dinâmicas do capital internacional.

A relevância de Carlos Lessa para a compreensão do Brasil contemporâneo reside, sobretudo, em sua capacidade de interpretar o desenvolvimento econômico como um processo essencialmente político e histórico, indissociável das estruturas sociais e das instituições democráticas. Para Lessa, não há desenvolvimento genuíno sem democracia substantiva, tampouco democracia efetiva em contextos de profunda desigualdade econômica e social. Essa visão rompe com abordagens estritamente tecnocráticas ou economicistas, que reduzem o desenvolvimento a indicadores de crescimento do produto interno bruto, negligenciando aspectos como distribuição de renda, autonomia produtiva, justiça social e participação cidadã. Assim, estudar o pensamento de Lessa significa revisitar uma tradição crítica do pensamento econômico brasileiro que dialoga diretamente com autores como Celso Furtado, Ignácio Rangel e outros representantes do estruturalismo latino-americano, ao mesmo tempo em que oferece respostas próprias aos desafios do capitalismo contemporâneo.

A escolha do tema desta monografia justifica-se, portanto, pela atualidade e pertinência do debate proposto por Carlos Lessa diante das crises recorrentes que marcam a economia brasileira, bem como das fragilidades democráticas observadas nas últimas décadas. Em um cenário caracterizado por baixo crescimento econômico, reprimarização da pauta produtiva, enfraquecimento das políticas industriais e questionamentos acerca da qualidade da democracia, o resgate crítico da obra de Lessa contribui para iluminar alternativas teóricas e políticas capazes de orientar um projeto nacional de desenvolvimento mais autônomo e inclusivo. Além disso, a literatura sobre o autor, embora relevante, ainda carece de sistematizações que articulem de maneira mais consistente suas contribuições sobre democracia e desenvolvimento econômico, o que reforça a importância de um estudo de revisão bibliográfica com esse enfoque.

Este trabalho tem como objetivo geral analisar o pensamento de Carlos Lessa acerca da relação entre democracia e desenvolvimento econômico no Brasil, a partir de uma revisão bibliográfica de suas principais obras e de estudos que dialogam com sua produção intelectual. Busca-se compreender como o autor concebe o papel do Estado, das instituições democráticas e da sociedade civil na construção de um projeto nacional de desenvolvimento, bem como identificar as principais críticas que ele dirige aos modelos econômicos hegemônicos, especialmente aqueles inspirados no neoliberalismo. De forma complementar, pretende-se discutir a atualidade de suas ideias frente aos desafios econômicos e políticos do Brasil contemporâneo, destacando contribuições, limites e possibi-

lidades de aprofundamento teórico.

No que diz respeito aos aspectos metodológicos do estudo, trata-se de uma pesquisa de natureza qualitativa, desenvolvida por meio de revisão bibliográfica, que abrange livros, artigos, ensaios e entrevistas de Carlos Lessa, bem como produções acadêmicas que analisam ou dialogam com seu pensamento. A revisão da literatura permite identificar categorias centrais, recorrências conceituais e eixos interpretativos que estruturam a obra do autor, possibilitando uma análise crítica e contextualizada de suas contribuições. Ao optar por esse tipo de abordagem, o estudo não pretende realizar uma análise empírica de políticas públicas específicas, mas sim oferecer uma interpretação teórica consistente sobre o lugar de Lessa no debate brasileiro sobre democracia e desenvolvimento.

A estrutura da monografia foi organizada de modo a garantir uma progressão lógica e analítica dos argumentos apresentados. Inicialmente, após esta introdução, o trabalho apresenta um referencial teórico que discute os conceitos fundamentais de democracia e desenvolvimento econômico, bem como as principais abordagens teóricas que orientam o debate sobre desenvolvimento no Brasil. Esse capítulo tem a função de situar o leitor no campo teórico em que se insere o pensamento de Carlos Lessa, evidenciando as convergências e divergências entre diferentes correntes interpretativas. Em seguida, é apresentada uma contextualização sobre a trajetória intelectual e profissional de Carlos Lessa, destacando sua biografia, suas principais obras e os temas centrais que permeiam sua produção.

Na sequência, o trabalho aprofunda a análise das concepções de democracia presentes na obra de Lessa, enfatizando sua compreensão da democracia como processo histórico, social e econômico, e não apenas como um arranjo institucional formal. Posteriormente, são examinadas suas ideias sobre desenvolvimento econômico, com atenção especial às propostas de fortalecimento do Estado, industrialização, planejamento econômico e defesa da soberania nacional. A partir dessas análises, a monografia dedica um capítulo específico à intersecção entre democracia e desenvolvimento no pensamento de Lessa, evidenciando como esses dois eixos se articulam de forma indissociável em seu projeto de país.

Além disso, o estudo contempla uma análise crítica da literatura, na qual são discutidas diferentes interpretações sobre a obra de Carlos Lessa, bem como debates contemporâneos que dialogam com suas ideias. Esse exercício crítico permite identificar lacunas, controvérsias e contribuições ainda pouco exploradas, reforçando a relevância do autor para a compreensão dos dilemas atuais do desenvolvimento brasileiro. Por fim, as considerações finais retomam os principais argumentos desenvolvidos ao longo do trabalho, sintetizam os resultados alcançados e apresentam sugestões para pesquisas futuras, destacando a importância de aprofundar o diálogo entre economia, política e democracia no contexto brasileiro.

Dessa forma, esta monografia pretende contribuir para o campo dos estudos sobre desenvolvimento econômico e pensamento social brasileiro, ao oferecer uma leitura sistematizada e crítica da obra de Carlos Lessa. Ao enfatizar a inseparabilidade entre democracia e desenvolvimento, o trabalho reafirma a centralidade do debate sobre projetos nacionais em um país marcado por profundas desigualdades estruturais e por recorrentes desafios à consolidação democrática, ressaltando a atualidade e a relevância do legado intelectual de Carlos Lessa para a construção de um Brasil mais justo, soberano e democrático.

2

CONCEITOS CENTRAIS PARA O ESTUDO



Este capítulo tem como objetivo apresentar, de forma sintética, os principais conceitos que fundamentam o desenvolvimento teórico desta monografia, a saber: democracia, desenvolvimento econômico, a relação entre democracia e desenvolvimento e as abordagens teóricas sobre o desenvolvimento no Brasil. A delimitação conceitual é essencial para garantir rigor analítico e coerência interpretativa, uma vez que tais categorias são polissêmicas e historicamente construídas. Ao explicitar esses conceitos, busca-se estabelecer um marco teórico que permita compreender o pensamento de Carlos Lessa e situá-lo no debate econômico e político brasileiro, evitando reducionismos conceituais e interpretações descontextualizadas.

A democracia é compreendida neste estudo como um conceito que ultrapassa sua dimensão meramente institucional ou procedimental. Embora autores como Schumpeter (1984) definam a democracia a partir de regras formais de competição política e escolha de governantes, perspectivas mais amplas enfatizam seu caráter substantivo, associado à participação cidadã, à ampliação de direitos e à redução das desigualdades sociais. Nesse sentido, Dahl (2005) destaca a importância da inclusão política e do pluralismo, enquanto Sen (2010) associa a democracia à expansão das liberdades individuais e coletivas. Essa concepção ampliada é particularmente relevante para o contexto brasileiro, marcado por assimetrias sociais que limitam o exercício pleno da cidadania, aspecto amplamente problematizado por Carlos Lessa em sua obra.

O desenvolvimento econômico, por sua vez, é tratado não apenas como crescimento da renda ou aumento do produto interno bruto, mas como um processo estrutural de transformação econômica e social. As teorias clássicas do desenvolvimento, como as de Rostow (1961), enfatizaram estágios lineares de crescimento, enquanto abordagens críticas passaram a questionar essa visão universalizante. Autores como Furtado (2000) e Sen (2010) ampliaram o conceito ao incorporar elementos como distribuição de renda, bem-estar social, capacidades humanas e autonomia produtiva. No que se refere às métricas, indicadores como PIB, renda per capita e produtividade coexistem com índices mais complexos, como o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), que refletem uma compreensão mais abrangente do desenvolvimento.

A relação entre democracia e desenvolvimento econômico constitui um dos eixos centrais do debate teórico contemporâneo. Parte da literatura argumenta que o desenvolvimento econômico favorece a consolidação democrática, ao criar bases materiais para a estabilidade política, enquanto outra vertente sustenta que a democracia é condição para um desenvolvimento mais inclusivo e sustentável (Przeworski et al., 2000; Sen, 2010). No caso brasileiro, essa relação assume contornos específicos, uma vez que períodos de crescimento econômico coexistiram com regimes autoritários, revelando tensões entre eficiência econômica e participação política. Carlos Lessa dialoga criticamente com esse debate ao defender que não há desenvolvimento nacional consistente sem democracia substantiva e fortalecimento do Estado.

Por fim, as abordagens teóricas sobre o desenvolvimento no Brasil constituem um campo plural, marcado por disputas intelectuais e políticas. O pensamento desenvolvimentista, representado por autores como Celso Furtado, Ignácio Rangel e o próprio Carlos Lessa, enfatiza a centralidade do Estado, da industrialização e do planejamento econômico como instrumentos de superação do subdesenvolvimento (Furtado, 2000; Rangel, 2005). Em contraposição,

perspectivas liberais e neoliberais defendem a primazia do mercado e a redução da intervenção estatal. A compreensão dessas abordagens é fundamental para situar o pensamento de Lessa, que se insere criticamente na tradição desenvolvimentista brasileira, propondo uma articulação indissociável entre democracia, soberania e desenvolvimento econômico

2.1 Democracia: definição e indicadores

A democracia constitui um dos conceitos centrais da teoria política moderna e, simultaneamente, um dos mais complexos e disputados do campo das ciências sociais. Sua definição varia conforme os pressupostos teóricos, históricos e normativos adotados, o que torna indispensável uma abordagem conceitual rigorosa e plural. De modo geral, a democracia pode ser entendida como uma forma de organização política na qual o poder emana do povo e é exercido em seu nome, direta ou indiretamente, por meio de instituições representativas e mecanismos de participação. Contudo, essa definição genérica revela-se insuficiente para apreender a densidade do fenômeno democrático, sobretudo em sociedades marcadas por profundas desigualdades econômicas e sociais, como é o caso do Brasil.

No campo clássico da teoria democrática, uma das formulações mais influentes é a de Joseph Schumpeter, que concebe a democracia como um método político, isto é, um arranjo institucional destinado à escolha de governantes por meio da competição eleitoral (Schumpeter, 1984). Essa perspectiva, conhecida como concepção minimalista ou procedimental da democracia, enfatiza regras formais, eleições livres e periódicas, pluralismo partidário e a possibilidade de alternância no poder. Embora essa abordagem tenha contribuído para delimitar critérios operacionais de identificação dos regimes democráticos, ela é frequentemente criticada por reduzir a democracia a um mecanismo de seleção de elites políticas, negligenciando dimensões substantivas como participação efetiva, igualdade política e justiça social.

Em contraposição às visões minimalistas, desenvolvem-se concepções mais amplas de democracia, que incorporam dimensões sociais, econômicas e culturais. Robert Dahl, por exemplo, propõe o conceito de poliarquia para caracterizar regimes que, embora não alcancem o ideal normativo da democracia plena, apresentam elevados níveis de participação e contestação política (Dahl, 2005). Para o autor, a democracia pressupõe não apenas eleições competitivas, mas também liberdades civis, acesso à informação, inclusão política e instituições que garantam a responsividade do Estado às demandas da sociedade. Essa abordagem amplia o horizonte analítico ao reconhecer que a qualidade democrática depende do grau em que os cidadãos podem exercer influência real sobre as decisões coletivas.

Outra contribuição fundamental ao debate contemporâneo é a de Amartya Sen, que associa a democracia à expansão das liberdades substantivas. Para Sen, a democracia não se limita a um sistema de governo, mas constitui um processo que envolve o fortalecimento das capacidades individuais e coletivas, permitindo às pessoas escolherem a vida que valorizam (Sen, 2010). Nessa perspectiva, direitos políticos, liberdades civis, acesso à educação, saúde e condições dignas de existência são elementos indissociáveis da experiência democrática. Tal concep-

ção é particularmente relevante para países em desenvolvimento, pois evidencia que a democracia perde densidade quando coexistem instituições políticas formais com exclusão social estrutural.

A partir dessas contribuições, observa-se que a democracia pode ser analisada sob diferentes dimensões: procedimental, substantiva e participativa. A dimensão procedimental refere-se às regras do jogo político, como eleições, partidos e separação de poderes; a substantiva diz respeito aos resultados produzidos pelo regime democrático, especialmente em termos de redução das desigualdades e garantia de direitos; e a participativa enfatiza o envolvimento ativo dos cidadãos nos processos decisórios, para além do voto. Pateman (1992) e Avritzer (2002) destacam que a ampliação da participação fortalece a democracia ao promover aprendizado cívico, inclusão política e controle social sobre o Estado, aspecto central em sociedades historicamente marcadas por autoritarismo e clientelismo.

No contexto latino-americano e brasileiro, o debate sobre democracia adquire especificidades importantes. A experiência histórica da região demonstra que a institucionalização de regimes democráticos ocorreu, muitas vezes, de forma tardia e instável, coexistindo com elevados níveis de desigualdade social e econômica. O caso brasileiro é emblemático, pois, apesar da consolidação de instituições democráticas após a Constituição de 1988, persistem limitações estruturais que comprometem a efetividade da democracia, como a concentração de renda, a exclusão social e a fragilidade da participação política (O'Donnell, 2011). Essa realidade reforça a necessidade de analisar a democracia não apenas como um arranjo institucional, mas como um processo social em permanente construção.

A mensuração da democracia constitui outro desafio teórico e metodológico relevante. Diante da complexidade do conceito, diversos indicadores e índices foram desenvolvidos com o objetivo de avaliar o grau de democratização dos países. Entre os mais conhecidos, destacam-se o índice Polity IV, o Freedom House e o Varieties of Democracy (V-Dem). Esses instrumentos buscam operacionalizar dimensões da democracia, como direitos políticos, liberdades civis, participação, pluralismo e funcionamento das instituições. Embora amplamente utilizados em estudos comparativos, tais indicadores não estão isentos de críticas, especialmente no que se refere à padronização excessiva e à dificuldade de captar especificidades históricas e culturais (Munck; Verkuilen, 2002).

O índice Freedom House, por exemplo, classifica os países a partir do grau de liberdade política e civil, atribuindo notas que variam de “livre” a “não livre”. Apesar de sua ampla difusão, críticos apontam que o índice tende a adotar uma perspectiva normativa liberal, associando democracia à economia de mercado e a determinados modelos institucionais ocidentais (Büthe; Milner, 2008). Já o Polity IV concentra-se principalmente em características institucionais do regime político, como a competitividade eleitoral e as restrições ao poder executivo, o que reforça uma abordagem predominantemente procedimental da democracia.

Em resposta a essas limitações, iniciativas mais recentes, como o projeto Varieties of Democracy (V-Dem), propõem uma abordagem multidimensional, incorporando diferentes concepções de democracia, entre elas a eleitoral, liberal, participativa, deliberativa e igualitária (Coppedge et al., 2021). Essa proposta reconhece que a democracia não é um fenômeno unidimensional e que sua qualidade depende da articulação entre instituições, práticas políticas e condições

sociais. Ao considerar aspectos como igualdade política, inclusão social e deliberação pública, o V-Dem aproxima-se de concepções substantivas de democracia, dialogando com abordagens críticas e desenvolvimentistas.

No debate brasileiro, a utilização de indicadores democráticos deve ser feita com cautela, considerando as especificidades do processo histórico nacional. A existência de eleições regulares e liberdades formais não garante, por si só, a efetividade da democracia em um país marcado por desigualdades regionais, raciais e socioeconômicas profundas. Souza (2018) e Avritzer (2016) argumentam que a democracia brasileira convive com mecanismos de exclusão que limitam a participação política de amplos segmentos da população, configurando uma cidadania restrita e desigual. Assim, a análise da democracia no Brasil exige a articulação entre indicadores institucionais e a avaliação das condições materiais que possibilitam o exercício efetivo dos direitos políticos.

Essa compreensão ampliada da democracia é central para o pensamento de Carlos Lessa, que interpreta o regime democrático como um elemento indissociável do projeto nacional de desenvolvimento. Para o autor, a democracia não pode ser reduzida a um sistema eleitoral funcional, mas deve ser entendida como um processo de construção coletiva que envolve soberania nacional, justiça social e participação popular. Embora este capítulo se concentre nos fundamentos conceituais da democracia, essa perspectiva crítica orientará a análise subsequente da obra de Lessa, especialmente no que se refere à articulação entre democracia e desenvolvimento econômico.

Dessa forma, ao abordar as definições e indicadores da democracia, este capítulo estabelece as bases teóricas necessárias para compreender a complexidade do conceito e suas múltiplas dimensões. A partir do diálogo entre abordagens clássicas e estudos recentes, sob uma perspectiva já apontada por Carlos Lessa em suas obras e a partir do entendimento de Pateman (1992), evidencia-se que a democracia é um fenômeno histórico, dinâmico e multidimensional, cuja qualidade não pode ser aferida exclusivamente por critérios formais. Tal compreensão é fundamental para analisar o contexto brasileiro e para sustentar a reflexão crítica proposta nesta monografia sobre a relação entre democracia, desenvolvimento econômico e projeto nacional.

3

DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO: TEORIAS E MÉTRICAS



O desenvolvimento econômico constitui um dos conceitos centrais das ciências econômicas e sociais, sendo historicamente marcado por disputas teóricas, metodológicas e ideológicas. Ao longo do tempo, diferentes correntes de pensamento buscaram explicar os fatores que condicionam o progresso das sociedades, propondo interpretações variadas acerca das causas do crescimento econômico, da transformação estrutural e da melhoria das condições de vida. Nesse sentido, o desenvolvimento econômico não pode ser compreendido apenas como um fenômeno técnico ou quantitativo, mas como um processo histórico e social complexo, que envolve relações de poder, estruturas produtivas, instituições políticas e dinâmicas culturais.

Nas abordagens clássicas da economia política, autores como Adam Smith e David Ricardo já refletiam sobre as bases da riqueza das nações e os mecanismos de acumulação de capital, ainda que não utilizassem explicitamente o termo “desenvolvimento” nos moldes contemporâneos (Smith, 1996; Ricardo, 1982). Para esses autores, o crescimento da produção, a divisão do trabalho e o funcionamento dos mercados constituíam elementos fundamentais para a prosperidade econômica. Posteriormente, Karl Marx introduziu uma crítica estrutural ao capitalismo, ao destacar que o desenvolvimento das forças produtivas ocorre de forma desigual e contraditória, produzindo concentração de riqueza, exploração do trabalho e crises recorrentes (Marx, 2013). Essa perspectiva influenciou de maneira decisiva interpretações posteriores sobre desenvolvimento e subdesenvolvimento.

No pós-Segunda Guerra Mundial, o desenvolvimento econômico consolidou-se como campo específico de investigação, sobretudo a partir da necessidade de reconstrução da Europa e da busca por estratégias de crescimento nos países periféricos. As teorias da modernização, representadas por autores como Walt Whitman Rostow, propuseram uma visão linear e evolucionista do desenvolvimento, baseada em estágios sucessivos que conduziriam as sociedades tradicionais ao consumo de massa (Rostow, 1961). Embora influentes nas políticas de desenvolvimento das décadas de 1950 e 1960, essas teorias foram amplamente criticadas por seu caráter etnocêntrico, por desconsiderarem as especificidades históricas e por pressuporem que todos os países seguiriam trajetórias semelhantes às das economias centrais.

Em contraposição às abordagens da modernização, emergiram teorias críticas do desenvolvimento, especialmente na América Latina. O estruturalismo cepalino, liderado por autores como Raúl Prebisch e Celso Furtado, destacou a existência de uma divisão internacional do trabalho que perpetua a dependência dos países periféricos em relação aos centros industriais (Prebisch, 2000; Furtado, 2000). Para essa corrente, o subdesenvolvimento não representa uma etapa transitória, mas uma condição estrutural resultante de relações econômicas assimétricas. O desenvolvimento econômico, nessa perspectiva, exige transformação estrutural, industrialização, diversificação produtiva e forte atuação do Estado no planejamento econômico.

A partir dessas reflexões, consolidou-se no Brasil um pensamento desenvolvimentista que atribui papel central ao Estado na promoção do crescimento econômico e na redução das desigualdades sociais. Ignácio Rangel, Maria da Conceição Tavares e Carlos Lessa enfatizaram a necessidade de políticas industriais, investimento público e fortalecimento do mercado interno como estratégias para a superação do subdesenvolvimento (Rangel, 2005; Tavares, 1974; Les-

sa, 2012). Essa tradição teórica compreende o desenvolvimento como um projeto nacional, articulado a objetivos políticos e sociais, em oposição à ideia de que o mercado, por si só, seria capaz de promover crescimento sustentável e inclusivo.

Nas últimas décadas do século XX, o avanço do neoliberalismo trouxe novas interpretações sobre desenvolvimento econômico, enfatizando a liberalização dos mercados, a abertura comercial, a desregulamentação e a redução do papel do Estado. Instituições multilaterais passaram a difundir indicadores e políticas associadas ao chamado Consenso de Washington, que privilegiava a estabilidade macroeconômica e a eficiência alocativa (Williamson, 1990). No entanto, os resultados dessas políticas foram amplamente questionados, especialmente nos países em desenvolvimento, onde se observaram processos de desindustrialização precoce, aumento da vulnerabilidade externa e persistência das desigualdades sociais.

Em resposta às limitações das abordagens neoliberais, surgiram perspectivas que ampliaram o conceito de desenvolvimento econômico, incorporando dimensões sociais, institucionais e humanas. Destaca-se, nesse contexto, a abordagem das capacidades, proposta por Amartya Sen, que redefine o desenvolvimento como a expansão das liberdades substantivas e das capacidades dos indivíduos (Sen, 2010). Essa perspectiva desloca o foco exclusivo do crescimento econômico para a qualidade de vida, a justiça social e a ampliação das oportunidades, influenciando a formulação de novos indicadores e políticas públicas em escala global.

No que se refere às métricas do desenvolvimento econômico, tradicionalmente prevaleceram indicadores quantitativos como o Produto Interno Bruto (PIB), a renda per capita e as taxas de crescimento econômico. Embora esses indicadores sejam úteis para mensurar a capacidade produtiva de uma economia, eles apresentam limitações significativas, pois não captam aspectos como distribuição de renda, desigualdades regionais, sustentabilidade ambiental e bem-estar social (Stiglitz; Sen; Fitoussi, 2010). A utilização exclusiva dessas métricas pode, portanto, produzir diagnósticos incompletos ou distorcidos sobre o nível de desenvolvimento de uma sociedade.

Diante dessas limitações, foram desenvolvidos indicadores alternativos e complementares, que buscam captar dimensões mais amplas do desenvolvimento. O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), elaborado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, combina indicadores de renda, educação e longevidade, oferecendo uma visão mais abrangente do progresso social (PNUD, 2020). Outros índices, como o Índice de Pobreza Multidimensional e o Índice de Progresso Social, incorporam variáveis relacionadas à saúde, habitação, segurança e inclusão social, refletindo uma concepção mais complexa e multidimensional do desenvolvimento.

Além disso, estudos recentes têm enfatizado a importância de métricas relacionadas à sustentabilidade ambiental e à qualidade institucional. Indicadores como a Pegada Ecológica, o Índice de Desempenho Ambiental e métricas de governança têm sido incorporados ao debate sobre desenvolvimento sustentável, especialmente após a consolidação da Agenda 2030 e dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) (ONU, 2015). Essas abordagens reconhecem que o desenvolvimento econômico não pode ser dissociado da preservação ambiental e da capacidade institucional do Estado, sob pena de comprometer o bem-estar

das gerações futuras.

No caso brasileiro, a análise do desenvolvimento econômico exige a articulação entre métricas quantitativas e qualitativas, considerando as profundas desigualdades sociais e regionais que caracterizam o país. O crescimento econômico observado em determinados períodos históricos não se traduziu, necessariamente, em melhoria generalizada das condições de vida, o que evidencia a insuficiência de indicadores puramente econômicos. Furtado (2000) e Lessa (2012) destacam que o desenvolvimento deve ser avaliado à luz da capacidade de gerar inclusão social, soberania produtiva e fortalecimento do mercado interno, elementos centrais para um projeto nacional consistente.

Nesse sentido, a escolha das teorias e métricas de desenvolvimento econômico não é neutra, mas reflete concepções específicas sobre o papel do Estado, do mercado e da sociedade. Lessa (2012) já compreendia que a análise crítica dessas abordagens permite compreender os limites dos modelos hegemônicos e abre espaço para a construção de alternativas teóricas e políticas mais adequadas às realidades dos países periféricos. Ao reconhecer o desenvolvimento como um processo histórico, multidimensional e socialmente condicionado, este estudo adota uma perspectiva alinhada ao pensamento desenvolvimentista crítico, no qual se insere a obra de Carlos Lessa.

Assim, ao discutir as principais teorias e métricas do desenvolvimento econômico, este capítulo estabelece os fundamentos analíticos necessários para a compreensão das propostas de Carlos Lessa e para a análise da relação entre desenvolvimento e democracia no contexto brasileiro. A partir do diálogo entre abordagens clássicas e contemporâneas, evidencia-se que o desenvolvimento não pode ser reduzido a crescimento econômico ou eficiência de mercado, mas deve ser compreendido como um projeto político e social orientado à redução das desigualdades, à ampliação das liberdades e à construção de uma economia nacional soberana e inclusiva.

4

RELAÇÃO ENTRE DEMOCRACIA E DESENVOLVIMENTO



A relação entre democracia e desenvolvimento constitui um dos debates mais complexos e persistentes das ciências sociais e econômicas, atravessando diferentes tradições teóricas e contextos históricos (Evans, 1995). Ao longo do século XX, especialmente no período pós-Segunda Guerra Mundial, essa relação foi interpretada de maneiras diversas, ora concebendo a democracia como resultado do desenvolvimento econômico, ora como sua condição necessária. A pluralidade de abordagens reflete as divergências analíticas, bem como as disputas normativas sobre o papel do Estado, do mercado e da participação social na organização das sociedades contemporâneas. Nesse sentido, compreender a articulação entre democracia e desenvolvimento exige uma abordagem histórica, multidimensional e crítica, capaz de reconhecer tanto os condicionantes estruturais quanto os fatores institucionais e sociais que moldam essa relação.

Uma das interpretações mais influentes no debate clássico é a chamada hipótese da modernização, associada a autores como Seymour Martin Lipset. Segundo essa perspectiva, o desenvolvimento econômico, expresso pelo aumento da renda per capita, pela urbanização e pela expansão da educação, cria condições favoráveis à consolidação da democracia (Lipset, 1960). A ideia central é que sociedades economicamente mais desenvolvidas tendem a apresentar classes médias mais amplas, maior pluralismo social e instituições mais estáveis, reduzindo a propensão a regimes autoritários. Embora essa abordagem tenha exercido forte influência sobre estudos comparativos e políticas de desenvolvimento, ela foi amplamente criticada por seu determinismo econômico e por desconsiderar trajetórias históricas específicas, especialmente nos países periféricos.

Em contraposição a essa visão linear, diversos estudos empíricos demonstraram que o crescimento econômico não conduz automaticamente à democratização. Experiências históricas como as de países asiáticos e latino-americanos revelam que períodos de rápido crescimento coexistiram com regimes autoritários, sustentados por forte repressão política e concentração de poder (Przeworski et al., 2000). Esses casos desafiam a noção de que o desenvolvimento econômico, por si só, seria suficiente para promover a democracia, evidenciando que fatores políticos, institucionais e sociais desempenham papel decisivo na configuração dos regimes políticos. Assim, a relação entre democracia e desenvolvimento mostra-se contingente e mediada por contextos históricos específicos.

A partir dessas críticas, consolidou-se uma abordagem alternativa que enfatiza a democracia como condição para um desenvolvimento mais inclusivo e sustentável. Sen (2010) argumenta que a democracia desempenha papel fundamental na prevenção de catástrofes sociais, na ampliação das liberdades individuais e na promoção do bem-estar coletivo. Para ele, regimes democráticos tendem a responder mais rapidamente às demandas sociais, uma vez que mecanismos de accountability, liberdade de imprensa e participação política criam incentivos para políticas públicas voltadas à redução da pobreza e à melhoria das condições de vida. Essa perspectiva desloca o foco do crescimento econômico para a qualidade do desenvolvimento, entendendo-o como expansão de capacidades e direitos.

No campo da economia política, a relação entre democracia e desenvolvimento também é analisada a partir das estruturas de poder e das relações de classe. Autores de inspiração marxista e estruturalista destacam que a democracia formal pode coexistir com profundas desigualdades econômicas, limitando seu potencial transformador. Nesse sentido, O'Donnell (2011) argumenta que

muitas democracias latino-americanas se caracterizam por uma cidadania de baixa intensidade, na qual direitos políticos coexistem com exclusão social e fragilidade institucional. Essa condição compromete a capacidade da democracia de promover desenvolvimento substantivo, evidenciando a necessidade de articular democracia política e justiça social.

No contexto latino-americano, o debate sobre democracia e desenvolvimento assume contornos específicos, marcados pela herança colonial, pela dependência econômica e por processos tardios de industrialização. O pensamento desenvolvimentista da região, representado por autores como Celso Furtado, enfatiza que o subdesenvolvimento não é uma etapa transitória, mas uma condição estrutural reproduzida por relações internacionais assimétricas (Furtado, 2000). Nessa perspectiva, a democracia, para ser efetiva, deve estar associada a um projeto nacional de desenvolvimento capaz de promover transformação estrutural, reduzir desigualdades e fortalecer a soberania econômica. Caso contrário, corre-se o risco de consolidar democracias formais frágeis, subordinadas a interesses externos e incapazes de responder às demandas sociais internas.

A experiência brasileira ilustra de maneira clara as tensões entre democracia e desenvolvimento. Ao longo do século XX, o país vivenciou períodos de crescimento econômico significativo sob regimes autoritários, como durante o Estado Novo e o regime militar, ao mesmo tempo em que enfrentou dificuldades para promover desenvolvimento sustentado e inclusivo em contextos democráticos. Esse paradoxo revela que o crescimento econômico desvinculado da participação social e da distribuição de renda tende a produzir desenvolvimento concentrador e socialmente excludente. Tavares (1974) e Fiori (1999) ressaltam que a ausência de democracia substantiva limita a capacidade do Estado de formular políticas de longo prazo orientadas ao interesse público.

Nesse cenário, ganha relevância a perspectiva que compreende democracia e desenvolvimento como processos mutuamente constitutivos. A democracia não é apenas um meio ou um fim do desenvolvimento, mas parte integrante de sua própria definição. Essa abordagem enfatiza que o desenvolvimento econômico deve ser avaliado não apenas por indicadores de crescimento, mas também pela capacidade de ampliar direitos, reduzir desigualdades e fortalecer a participação cidadã (Stiglitz; Sen; Fitoussi, 2010). Assim, políticas de desenvolvimento que desconsideram a dimensão democrática tendem a gerar resultados socialmente insustentáveis, enquanto democracias desprovidas de base material e institucional sólida enfrentam dificuldades para se consolidar.

Estudos recentes têm aprofundado essa discussão ao analisar a qualidade da democracia e seus impactos sobre o desenvolvimento. As pesquisas comparativas indicam que democracias com maior grau de inclusão política, igualdade social e capacidade estatal apresentam melhores desempenhos em indicadores de desenvolvimento humano e redução da pobreza (Coppedge et al., 2021). Essas percepções reforçam a ideia de que não basta a existência de eleições regulares; é necessário fortalecer instituições, promover políticas redistributivas e ampliar a participação social para que a democracia contribua efetivamente para o desenvolvimento. Nesse sentido, essa abordagem dialoga diretamente com concepções substantivas de democracia, que ultrapassam a dimensão procedimental.

No âmbito teórico, a relação entre democracia e desenvolvimento também é influenciada pelo debate sobre o papel do Estado. Enquanto abordagens ne-

oliberais tendem a minimizar a intervenção estatal, defendendo que mercados livres são mais eficientes para promover crescimento, perspectivas desenvolvimentistas e institucionalistas ressaltam que o Estado democrático desempenha função central na coordenação econômica, na regulação dos mercados e na promoção de políticas sociais (Evans, 1995). Nesse sentido, a qualidade das instituições democráticas está diretamente relacionada à capacidade do Estado de formular e implementar estratégias de desenvolvimento de longo prazo.

É nesse ponto que o pensamento de Carlos Lessa se insere de forma crítica e original. Para o autor, democracia e desenvolvimento são inseparáveis, pois ambos dependem da existência de um projeto nacional capaz de articular soberania, inclusão social e participação popular. Lessa critica modelos de desenvolvimento que privilegiam a estabilidade macroeconômica e a abertura irrestrita dos mercados em detrimento da indústria nacional e do mercado interno, argumentando que tais estratégias fragilizam tanto a democracia quanto o desenvolvimento (Lessa, 2012). Embora a análise específica de sua obra seja aprofundada em capítulos posteriores, essa concepção orienta a compreensão da relação entre democracia e desenvolvimento adotada neste estudo.

Dessa forma, a literatura evidencia que não existe uma relação causal simples e universal entre democracia e desenvolvimento. Em vez disso, trata-se de uma interação complexa, condicionada por fatores históricos, institucionais e sociais. De acordo com pensamento de Lessa (2012), a democracia pode favorecer o desenvolvimento ao promover inclusão, accountability e políticas públicas orientadas ao bem-estar coletivo, assim como o desenvolvimento pode fortalecer a democracia ao criar bases materiais para a participação cidadã. Contudo, essa relação é mediada por escolhas políticas, pela estrutura econômica e pela capacidade do Estado, o que reforça a necessidade de análises contextualizadas.

Assim sendo, a relação entre democracia e desenvolvimento deve ser compreendida como um processo dinâmico e multidimensional, no qual aspectos políticos, econômicos e sociais se interpenetram. No entendimento de Evans (1995) é fundamental superar visões reducionistas que subordinam um fenômeno ao outro, assim, este capítulo sustenta que democracia e desenvolvimento são dimensões indissociáveis de um mesmo projeto societal. Tal compreensão é fundamental para analisar o caso brasileiro e para fundamentar a reflexão proposta nesta monografia, que dialoga com a tradição desenvolvimentista crítica e com o pensamento de Carlos Lessa, ao enfatizar a centralidade da democracia substantiva na construção de um desenvolvimento econômico soberano, inclusivo e socialmente justo.

5

ABORDAGENS TEÓRICAS SOBRE DESENVOLVIMENTO NO BRASIL



O debate sobre o desenvolvimento no Brasil consolidou-se como um campo plural e historicamente situado, marcado por distintas interpretações acerca das causas do subdesenvolvimento e das estratégias necessárias para superá-lo (Furtado, 2000; Cardoso; Faletto, 1979). Desde meados do século XX, intelectuais brasileiros e latino-americanos passaram a questionar a adequação de teorias econômicas formuladas nos países centrais para explicar a realidade periférica, dando origem a abordagens que enfatizam as especificidades históricas, estruturais e institucionais do país. Assim, compreender as principais abordagens teóricas sobre desenvolvimento no Brasil é fundamental para situar o pensamento desenvolvimentista e, em particular, as contribuições de Carlos Lessa no cenário intelectual nacional.

Uma das correntes mais influentes nesse debate é o estruturalismo latino-americano, associado à Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL). Autores como Raúl Prebisch e Celso Furtado sustentaram que o subdesenvolvimento brasileiro não representa uma etapa transitória do capitalismo, mas uma condição estrutural decorrente da inserção subordinada do país na divisão internacional do trabalho (Prebisch, 2000; Furtado, 2000). Nessa perspectiva, o desenvolvimento econômico exige transformação estrutural, industrialização e diversificação produtiva, com forte atuação do Estado no planejamento e na coordenação da economia. Essa abordagem exerceu profunda influência sobre políticas públicas e sobre a formulação de um projeto nacional de desenvolvimento nas décadas de 1950 a 1970.

No contexto brasileiro, o desenvolvimentismo assumiu características próprias, articulando crescimento econômico, industrialização e construção do Estado nacional. Autores como Ignácio Rangel, Maria da Conceição Tavares e Carlos Lessa destacaram a importância do investimento público, da expansão do mercado interno e do papel estratégico das empresas estatais no processo de desenvolvimento (Rangel, 2005; Tavares, 1974; Lessa, 2012). Essa tradição teórica compreende o desenvolvimento como um projeto político, que envolve escolhas estratégicas e disputas sociais, rejeitando a ideia de neutralidade técnica das políticas econômicas.

Paralelamente ao estruturalismo e ao desenvolvimentismo, emergiram no Brasil interpretações inspiradas na teoria da dependência, que aprofundaram a crítica às relações centro-periferia. Cardoso e Faletto (1979) argumentaram que o desenvolvimento nas economias periféricas ocorre de forma dependente e associada ao capital internacional, o que limita a autonomia nacional e reproduz desigualdades internas. Embora essa abordagem reconheça a possibilidade de crescimento econômico sob condições de dependência, ela destaca os limites estruturais desse processo, especialmente no que se refere à distribuição de renda e à soberania política.

A partir das décadas de 1980 e 1990, o debate sobre desenvolvimento no Brasil passou a ser fortemente influenciado pelo avanço do neoliberalismo e pela adoção de políticas de ajuste estrutural. Essa perspectiva enfatiza a liberalização dos mercados, a abertura comercial, a privatização e a redução do papel do Estado como condições para o crescimento econômico. No entanto, diversos estudos críticos apontam que essas políticas contribuíram para a desindustrialização, o aumento da vulnerabilidade externa e a persistência das desigualdades sociais no país (Bresser-Pereira, 2010; Fiori, 1999). Tais críticas reforçam a relevância de abordagens alternativas que valorizem o papel do Estado e das instituições na-

cionais.

Em resposta às limitações do neoliberalismo, consolidaram-se, nas últimas décadas, abordagens institucionalistas e neodesenvolvimentistas, que buscam reinterpretar o papel do Estado em um contexto de globalização. Bresser-Pereira (2010) defende a necessidade de um novo desenvolvimentismo, capaz de articular estabilidade macroeconômica, política industrial e inclusão social (Bresser-Pereira, 2010). Essa perspectiva dialoga com a tradição desenvolvimentista clássica, mas incorpora preocupações contemporâneas, como a sustentabilidade fiscal, a inserção internacional e a governança democrática.

Além disso, abordagens recentes têm enfatizado a dimensão social e territorial do desenvolvimento, destacando a importância da redução das desigualdades regionais, da inclusão social e da sustentabilidade ambiental. Estudos inspirados na economia institucional, na economia política e no desenvolvimento humano ampliam o conceito de desenvolvimento ao incorporar indicadores de bem-estar, capacidades e qualidade institucional (Sen, 2010; Stiglitz; Sen; Fitoussi, 2010). No caso brasileiro, essas perspectivas são particularmente relevantes, dada a heterogeneidade estrutural e as profundas disparidades socioeconômicas entre regiões.

Dessa forma, as abordagens teóricas sobre desenvolvimento no Brasil revelam um campo de debate dinâmico e em constante transformação, no qual se confrontam diferentes projetos de país. Do estruturalismo ao neodesenvolvimentismo, passando pela teoria da dependência e pelas críticas ao neoliberalismo, essas correntes compartilham a preocupação com a superação do subdesenvolvimento e com a construção de um desenvolvimento mais autônomo e inclusivo (Rangel, 2005; Furtado, 2000). É nesse contexto que se insere o pensamento de Carlos Lessa, cuja obra dialoga criticamente com essas tradições ao enfatizar a centralidade do Estado, da democracia e da soberania nacional como pilares de um projeto brasileiro de desenvolvimento econômico.

6

CARLOS LESSA: VIDA, OBRA E CONTRIBUIÇÕES



O pensamento econômico e social brasileiro do século XX e início do século XXI é marcado por intelectuais que buscaram interpretar o país a partir de suas especificidades históricas, estruturais e políticas. Nesse conjunto, Carlos Lessa ocupa posição de destaque como economista, professor, intelectual público e formulador de políticas, cuja trajetória intelectual esteve profundamente comprometida com a defesa de um projeto nacional de desenvolvimento articulado à democracia, à soberania e à inclusão social. Este capítulo tem como objetivo apresentar uma visão introdutória da vida, da obra e das contribuições de Carlos Lessa, servindo de base para o aprofundamento analítico que será desenvolvido nos subcapítulos subsequentes, especialmente aquele dedicado à sua biografia e aos principais temas de pesquisa e debate que atravessam sua produção intelectual.

Carlos Lessa construiu uma trajetória singular no pensamento econômico brasileiro, marcada pela articulação entre reflexão teórica, atuação acadêmica e participação direta no debate público. Sua formação e atuação se inserem na tradição do desenvolvimentismo crítico, fortemente influenciada pelo estruturalismo latino-americano e pela economia política heterodoxa. Assim como outros intérpretes do Brasil, Lessa compreendia o desenvolvimento não como um fenômeno meramente técnico, mas como um processo histórico e político, condicionado pelas relações de poder internas e externas que moldam a inserção do país no capitalismo global (Furtado, 2000; Lessa, 2012).

A biografia de Carlos Lessa, que será detalhada no subcapítulo 3.1, revela a estreita relação entre sua trajetória pessoal e os grandes debates nacionais. Professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), ex-reitor dessa instituição e presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Lessa transitou entre o espaço acadêmico e a formulação de políticas públicas, sem abandonar uma postura crítica em relação aos rumos do desenvolvimento brasileiro. Essa dupla inserção conferiu à sua obra um caráter singular, pois suas reflexões não se limitaram ao plano teórico, dialogando constantemente com a realidade econômica e política do país.

No campo intelectual, Carlos Lessa destacou-se pela crítica contundente às interpretações ortodoxas da economia, especialmente aquelas associadas ao neoliberalismo e à redução do papel do Estado. Para o autor, tais abordagens ignoram a condição periférica do Brasil e tendem a reproduzir padrões de dependência, desindustrialização e fragilização da soberania nacional (Lessa, 2012). Em oposição, sua obra defende a centralidade do Estado como agente estratégico do desenvolvimento, responsável por coordenar investimentos, induzir a industrialização e promover políticas sociais capazes de reduzir desigualdades estruturais.

Entre os principais temas de pesquisa e debate presentes na obra de Carlos Lessa, destaca-se a análise crítica do subdesenvolvimento brasileiro. O autor compreende o subdesenvolvimento não como ausência de desenvolvimento, mas como uma forma específica de inserção no capitalismo mundial, caracterizada pela heterogeneidade estrutural, pela concentração de renda e pela dependência tecnológica e financeira (Furtado, 2000; Rangel, 2005). Nesse sentido, Lessa dialoga diretamente com a tradição cepalina e com o pensamento desenvolvimentista brasileiro, ao mesmo tempo em que atualiza esse debate à luz das transformações do capitalismo contemporâneo.

Outro eixo central de sua produção intelectual refere-se à relação entre democracia e desenvolvimento econômico. Para Carlos Lessa, não há desenvolvimento nacional consistente sem democracia substantiva, assim como não há democracia efetiva em contextos de extrema desigualdade social. Essa concepção amplia o entendimento tradicional da democracia, ao vinculá-la à soberania econômica, à capacidade produtiva nacional e à inclusão social. Assim, Lessa critica modelos de crescimento econômico que, embora apresentem bons indicadores macroeconômicos, aprofundam desigualdades e fragilizam a participação popular, comprometendo a própria legitimidade democrática (Lessa, 2012).

A crítica à dependência externa e à inserção subordinada do Brasil na economia global também ocupa lugar central em sua obra. Lessa argumenta que a abertura irrestrita dos mercados, a financeirização da economia e a desvalorização da indústria nacional comprometem a capacidade do país de formular um projeto autônomo de desenvolvimento. Nessa perspectiva, o fortalecimento do mercado interno, a política industrial e o investimento público são elementos estratégicos para romper com a lógica de dependência e promover desenvolvimento com soberania (Fiori, 1999; Lessa, 2012).

Além disso, Carlos Lessa dedicou parte significativa de sua produção à reflexão sobre o papel das instituições públicas, especialmente o BNDES, no financiamento do desenvolvimento. Sua atuação como presidente do banco reforçou sua defesa de uma política de crédito orientada ao fortalecimento da indústria nacional, à inovação tecnológica e à redução das desigualdades regionais. Essa experiência prática alimentou sua produção teórica, conferindo-lhe densidade empírica e reforçando seu compromisso com um desenvolvimento econômico socialmente orientado (Bresser-Pereira, 2010).

Outro tema recorrente em sua obra é a crítica à ideia de neutralidade técnica das políticas econômicas. Para Lessa, toda política econômica expressa um projeto de sociedade e beneficia determinados grupos sociais em detrimento de outros. Assim, o debate sobre desenvolvimento deve ser explicitamente político, envolvendo escolhas coletivas e disputas democráticas sobre os rumos do país. Essa perspectiva aproxima sua obra de abordagens da economia política crítica, que rejeitam a separação rígida entre economia e política (Evans, 1995).

Do ponto de vista metodológico, Carlos Lessa adota uma abordagem histórica e estrutural, privilegiando a análise de longo prazo e a compreensão das especificidades nacionais. Sua escrita, frequentemente ensaística e provocativa, busca dialogar não apenas com o meio acadêmico, mas também com o público mais amplo, reforçando seu papel como intelectual público. Essa característica contribuiu para ampliar o alcance de suas ideias e consolidar sua relevância no debate nacional sobre desenvolvimento e democracia.

Este capítulo, portanto, tem a função de situar o leitor no universo intelectual de Carlos Lessa, apresentando os elementos fundamentais de sua trajetória e de sua produção teórica. Ao articular vida, obra e contribuições, busca-se evidenciar como sua biografia intelectual está intrinsecamente ligada aos grandes dilemas do desenvolvimento brasileiro. Nos subcapítulos seguintes, essas dimensões serão aprofundadas, com destaque para sua formação, sua atuação institucional e a análise sistemática de seus principais conceitos e propostas.



7

BIOGRAFIA DE CARLOS LESSA



A trajetória intelectual e pública de Carlos Lessa insere-se de maneira singular no pensamento social e econômico brasileiro, articulando reflexão teórica, atuação institucional e engajamento crítico com os dilemas históricos do desenvolvimento nacional. Nascido no Rio de Janeiro, em 1936, Carlos Francisco Theodoro Machado Ribeiro de Lessa construiu uma carreira marcada pela defesa do projeto nacional-desenvolvimentista, pela crítica à dependência estrutural da economia brasileira e pela valorização da democracia como dimensão indissociável do desenvolvimento econômico e social (Bielschowsky, 2000). Sua biografia confunde-se, em muitos aspectos, com os principais debates que atravessaram o Brasil ao longo da segunda metade do século XX e início do século XXI, especialmente aqueles relacionados à industrialização, ao papel do Estado, à soberania nacional e às contradições do capitalismo periférico.

Formado em Ciências Econômicas, Carlos Lessa destacou-se desde cedo como um intelectual comprometido com a análise histórica do desenvolvimento brasileiro. Sua formação foi fortemente influenciada pelo pensamento estruturalista latino-americano, notadamente pelas contribuições da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), que enfatizava as assimetrias do sistema capitalista internacional e a condição periférica dos países latino-americanos (Prebisch, 2000). Nesse contexto, Lessa dialogou intensamente com autores como Celso Furtado, Ignacio Rangel e Maria da Conceição Tavares, incorporando à sua produção acadêmica uma leitura crítica da dependência econômica e das limitações impostas ao desenvolvimento autônomo do Brasil (Furtado, 2007; Tavares, 1998).

Ao longo de sua carreira acadêmica, Carlos Lessa consolidou-se como professor e pesquisador, especialmente no âmbito da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), onde exerceu papel central na formação de gerações de economistas e cientistas sociais. Sua atuação docente foi marcada por uma abordagem interdisciplinar, que articulava economia, história, sociologia e ciência política, reforçando a compreensão do desenvolvimento como um fenômeno complexo, que não pode ser reduzido a indicadores econômicos isolados (Bielschowsky, 2000). Para Lessa, o crescimento econômico dissociado da inclusão social, da democracia e da soberania nacional configurava uma forma incompleta e, muitas vezes, perversa de desenvolvimento (Lessa, 2012).

Além da carreira acadêmica, Carlos Lessa teve participação relevante em instituições públicas e no debate político nacional. Foi presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) entre 2003 e 2004, período em que defendeu de maneira contundente o papel do Estado como indutor do desenvolvimento, da industrialização e da inovação tecnológica. Sua gestão no BNDES esteve alinhada à concepção de que o banco deveria atuar como instrumento estratégico de um projeto nacional de desenvolvimento, orientado para a redução das desigualdades regionais e sociais e para o fortalecimento da economia nacional (Lessa, 2004). Essa visão contrastava com perspectivas mais liberalizantes, que defendiam a retração do Estado e a primazia dos mecanismos de mercado como motores exclusivos do crescimento econômico.

A produção intelectual de Carlos Lessa é extensa e diversificada, abrangendo livros, artigos acadêmicos, ensaios e intervenções públicas. Entre seus principais temas de pesquisa e debate destacam-se a crítica ao modelo de desenvolvimento dependente, a análise histórica da formação econômica do Brasil, a relação entre democracia e desenvolvimento e a defesa de um projeto nacional

soberano. Em obras como *O Rio de Todos os Brasis* e *A Estratégia Nacional e o Desenvolvimento*, Lessa articula uma leitura histórica do país com reflexões sobre os desafios contemporâneos da globalização, evidenciando os limites impostos pela financeirização da economia e pela subordinação aos fluxos internacionais de capital (Lessa, 2000; Lessa, 2008).

Um dos eixos centrais de sua reflexão é a crítica ao neoliberalismo e às políticas de ajuste estrutural adotadas no Brasil a partir da década de 1990. Para Carlos Lessa, tais políticas aprofundaram a vulnerabilidade externa, fragilizaram a capacidade de planejamento do Estado e comprometeram a construção de um projeto nacional de longo prazo. Ele argumenta que a abertura comercial e financeira indiscriminada, associada à desindustrialização precoce, reduziu a capacidade do país de gerar empregos qualificados e de sustentar um crescimento econômico socialmente inclusivo (Lessa, 2012). Essa crítica aproxima-se das análises de autores desenvolvimentistas que denunciam os efeitos regressivos da globalização assimétrica sobre as economias periféricas (Chang, 2004; Bielschowsky, 2000).

No campo da democracia, Carlos Lessa defendeu uma concepção substantiva, que ultrapassa a dimensão meramente procedimental. Para ele, a democracia não se limita à realização de eleições periódicas, mas envolve a efetiva participação social, a redução das desigualdades e a ampliação dos direitos econômicos e sociais. Nesse sentido, Lessa aproxima-se das concepções de democracia social defendidas por autores como Amartya Sen, para quem o desenvolvimento deve ser compreendido como expansão das liberdades substantivas dos indivíduos (Sen, 2010). A democracia, nessa perspectiva, é simultaneamente meio e fim do desenvolvimento, sendo inviável dissociar crescimento econômico de justiça social e cidadania plena.

Outro aspecto relevante da biografia intelectual de Carlos Lessa é sua defesa da cultura e da identidade nacional como componentes estratégicos do desenvolvimento. Em seus escritos, o autor destaca a importância de reconhecer a diversidade cultural brasileira e de valorizar os territórios, as regiões e os saberes locais como elementos fundamentais para a construção de um projeto nacional inclusivo. Essa abordagem amplia o conceito de desenvolvimento, incorporando dimensões simbólicas, culturais e territoriais, em consonância com perspectivas contemporâneas que criticam visões reducionistas centradas exclusivamente no Produto Interno Bruto (PIB) (Sachs, 2008).

Ao longo de sua trajetória, Lessa manteve postura crítica e, muitas vezes, contracorrente em relação às agendas dominantes do debate econômico. Sua atuação como intelectual público, frequentemente presente na imprensa e em fóruns de debate, reforçou seu papel como um dos principais formuladores do pensamento desenvolvimentista brasileiro contemporâneo. Essa atuação contribuiu para manter vivo o debate sobre alternativas ao modelo econômico hegemônico, especialmente em contextos de crise econômica e política, nos quais a discussão sobre o papel do Estado e da democracia torna-se ainda mais relevante (Bresser-Pereira, 2010).

A biografia de Carlos Lessa, portanto, não pode ser compreendida apenas como a trajetória individual de um economista, mas como parte integrante da história recente do pensamento econômico e social brasileiro (Bielschowsky, 2000). Sua obra dialoga com tradições intelectuais consolidadas, ao mesmo tem-

po em que propõe releituras críticas e atualizações frente aos desafios impostos pela globalização, pela financeirização e pelas transformações do capitalismo contemporâneo. Ao articular democracia, desenvolvimento econômico e soberania nacional, Lessa oferece um referencial teórico e político fundamental para a compreensão dos dilemas estruturais do Brasil.

Dessa forma, o estudo de sua biografia e de suas contribuições intelectuais revela-se essencial para a análise das relações entre democracia e desenvolvimento no país. Carlos Lessa representa uma vertente do pensamento econômico que recusa soluções simplistas e enfatiza a necessidade de projetos nacionais de longo prazo, sustentados por instituições democráticas robustas e por um Estado ativo. Sua trajetória reafirma a importância do engajamento crítico do intelectual na vida pública e do compromisso com a construção de alternativas que articulem crescimento econômico, justiça social e democracia substantiva (Lessa, 2012; Furtado, 2007).

8

PRINCIPAIS TEMAS DE PESQUISA E DEBATE



O conjunto dos principais temas de pesquisa e de debate desenvolvidos por Carlos Lessa reflete uma trajetória intelectual profundamente comprometida com a interpretação crítica do Brasil e com a formulação de alternativas para o desenvolvimento nacional. Sua produção articula economia política, história econômica e reflexão social, sempre orientada pela preocupação com a soberania, a democracia e a redução das desigualdades estruturais. Lessa insere-se na tradição do pensamento desenvolvimentista brasileiro, dialogando com autores clássicos e contemporâneos, mas conferindo originalidade à sua abordagem ao enfatizar o papel da cultura, do território e do Estado na construção de um projeto nacional de longo prazo.

Um dos temas centrais na obra de Carlos Lessa é a crítica à condição periférica e dependente da economia brasileira. Inspirado pelo estruturalismo latino-americano, o autor compreende o subdesenvolvimento não como uma etapa transitória, mas como uma condição historicamente produzida pela inserção subordinada do Brasil no sistema capitalista internacional. Nesse sentido, Lessa retoma e atualiza as formulações de Celso Furtado e Raúl Prebisch, ao destacar que a especialização produtiva regressiva e a vulnerabilidade externa limitam a capacidade de crescimento sustentado e autônomo do país (Furtado, 2007; Prebisch, 2000). Para Lessa, a superação dessa condição exige políticas deliberadas de industrialização, inovação e fortalecimento do mercado interno.

Outro eixo fundamental de debate em sua obra é o papel do Estado no desenvolvimento econômico. Carlos Lessa posiciona-se de forma crítica em relação às concepções liberalizantes que defendem a minimização da intervenção estatal e a centralidade absoluta do mercado. Em seus escritos, o Estado aparece como agente estratégico, responsável pelo planejamento de longo prazo, pela coordenação dos investimentos e pela indução do progresso tecnológico. Essa concepção aproxima-se do chamado novo-desenvolvimentismo, que reconhece a importância do equilíbrio macroeconômico, mas reafirma a necessidade de políticas industriais e de financiamento público para o desenvolvimento (Bresser-Pereira, 2010). A experiência de Lessa à frente do BNDES reforçou empiricamente essa perspectiva, ao evidenciar o papel das instituições públicas na dinamização da economia.

A industrialização ocupa lugar central entre os temas recorrentes em sua produção intelectual. Para Carlos Lessa, o processo de industrialização brasileira, embora tenha promovido avanços significativos ao longo do século XX, permaneceu incompleto e vulnerável, sobretudo diante das mudanças impostas pela globalização e pela financeirização da economia. O autor critica a desindustrialização precoce e a reprimarização da pauta exportadora, fenômenos que, segundo ele, comprometem a geração de empregos qualificados e a capacidade de inovação do país (Lessa, 2012). Essa análise dialoga com estudos recentes que apontam os riscos da perda de densidade industrial para o desenvolvimento de economias emergentes (Rodrik, 2016).

A relação entre democracia e desenvolvimento constitui outro tema estruturante no pensamento de Carlos Lessa. Diferentemente de abordagens que tratam a democracia apenas como um arranjo institucional ou procedimental, o autor defende uma concepção substantiva, na qual o desenvolvimento econômico deve estar associado à ampliação dos direitos sociais, à participação cidadã e à redução das desigualdades. Para Lessa, não há desenvolvimento genuíno em contextos de exclusão social persistente, ainda que indicadores macroeconômicos apresentem desempenho positivo. Essa perspectiva converge com a abor-

dagem das capacidades de Amartya Sen, que compreende o desenvolvimento como expansão das liberdades reais dos indivíduos (Sen, 2010).

No campo das políticas macroeconômicas, Carlos Lessa dedica especial atenção à crítica da financeirização e da hegemonia do capital financeiro. Em seus textos, o autor argumenta que a predominância das finanças sobre a economia produtiva distorce prioridades, restringe o investimento de longo prazo e subordina o desenvolvimento nacional aos interesses de rentistas e fluxos internacionais de capital. Essa crítica aproxima-se de análises contemporâneas que denunciam os efeitos da financeirização sobre o crescimento econômico e a democracia, especialmente em países periféricos (Chesnais, 2005). Para Lessa, a reversão desse quadro exige a retomada do planejamento estatal e o fortalecimento de instrumentos públicos de financiamento.

A dimensão regional e territorial do desenvolvimento também ocupa lugar relevante nos debates conduzidos por Carlos Lessa. O autor enfatiza que o desenvolvimento brasileiro é marcado por profundas desigualdades regionais, resultantes de um processo histórico concentrador. Nesse contexto, defende políticas de desenvolvimento regional que valorizem as potencialidades locais e promovam a integração produtiva do território nacional. Em obras dedicadas à análise do Rio de Janeiro e de outras regiões do país, Lessa demonstra como a negligência das dimensões territoriais compromete a coesão social e limita o alcance das políticas de desenvolvimento (Lessa, 2000). Essa abordagem dialoga com perspectivas contemporâneas que ressaltam a importância do território e da economia regional no planejamento do desenvolvimento (Sachs, 2008).

Outro tema recorrente em sua obra é a crítica ao neoliberalismo e às reformas estruturais implementadas no Brasil a partir da década de 1990. Carlos Lessa argumenta que tais reformas, ao priorizarem a liberalização financeira, a privatização e a abertura comercial indiscriminada, enfraqueceram a capacidade do Estado e ampliaram a vulnerabilidade externa do país. Para o autor, essas políticas comprometeram a construção de um projeto nacional de desenvolvimento e aprofundaram desigualdades sociais e regionais (Lessa, 2012). Essa crítica encontra respaldo em estudos que analisam os limites do receituário neoliberal em economias em desenvolvimento (Stiglitz, 2002).

Por fim, destaca-se na obra de Carlos Lessa a defesa de um projeto nacional de desenvolvimento, entendido como uma construção coletiva, historicamente situada e orientada por valores democráticos. Para o autor, o desenvolvimento não é um resultado automático das forças de mercado, mas um processo político que exige escolhas, pactos sociais e instituições robustas. A ausência de um projeto nacional, segundo Lessa, explica em grande medida a recorrência de crises econômicas e a dificuldade do Brasil em consolidar um padrão de crescimento sustentado e inclusivo. Essa reflexão reafirma a centralidade do debate sobre desenvolvimento como questão estratégica para o futuro do país (Furtado, 2007; Bresser-Pereira, 2010).

Assim, os principais temas de pesquisa e debate desenvolvidos por Carlos Lessa revelam uma visão integrada e crítica do desenvolvimento brasileiro, na qual economia, política e sociedade são indissociáveis. Sua obra permanece atual ao oferecer instrumentos analíticos para compreender os desafios contemporâneos do Brasil e ao reafirmar a necessidade de articular democracia, soberania e desenvolvimento econômico em um projeto nacional consistente.

9

TEORIA DO DESENVOLVIMENTO NACIONAL



A teoria do desenvolvimento nacional ocupa posição central na obra e no pensamento de Carlos Lessa, constituindo-se como eixo estruturante de sua interpretação crítica do Brasil e de suas propostas para a superação do subdesenvolvimento. Para o autor, o desenvolvimento não pode ser compreendido como simples resultado do funcionamento espontâneo dos mercados ou como mera consequência da inserção internacional da economia, mas como um processo histórico, político e social que exige a construção deliberada de um projeto nacional. Essa perspectiva insere Lessa na tradição do desenvolvimentismo brasileiro, ao mesmo tempo em que confere originalidade à sua abordagem ao articular economia política, democracia, cultura e soberania nacional.

No entendimento de Carlos Lessa, o desenvolvimento nacional é indissociável da formação histórica do Estado brasileiro e das estratégias adotadas para enfrentar a condição periférica do país no sistema capitalista internacional. Inspirado pelo estruturalismo latino-americano, o autor reconhece que o subdesenvolvimento não representa uma etapa atrasada do desenvolvimento, mas uma forma específica de organização econômica e social, produzida pela dependência externa e pela especialização produtiva regressiva (Furtado, 2007; Prebisch, 2000). Nesse sentido, Lessa retoma a crítica à visão evolucionista do desenvolvimento e enfatiza a necessidade de políticas ativas que alterem a estrutura produtiva e reduzam a vulnerabilidade externa.

Um dos pilares da teoria do desenvolvimento nacional defendida por Lessa é o papel estratégico do Estado. Para o autor, o Estado nacional deve atuar como planejador, coordenador e indutor do desenvolvimento, especialmente em economias periféricas, onde o mercado tende a reproduzir desigualdades e dependências. Essa concepção afasta-se das perspectivas liberalizantes que atribuem ao Estado um papel meramente regulador e reforça a importância das políticas industriais, tecnológicas e de financiamento de longo prazo (Lessa, 2012). O desenvolvimento, nessa ótica, exige instituições estatais robustas, capazes de formular e implementar estratégias coerentes com os interesses nacionais.

A industrialização constitui elemento central na teoria do desenvolvimento nacional de Carlos Lessa. O autor compreende a indústria como o núcleo dinâmico do desenvolvimento econômico, responsável pela geração de encadeamentos produtivos, pela incorporação de progresso técnico e pela criação de empregos de maior qualidade (Lessa 2008, 2012). Embora reconheça os avanços alcançados pelo Brasil ao longo do século XX, Lessa argumenta que o processo de industrialização foi incompleto e vulnerável, especialmente diante das transformações impostas pela globalização e pela financeirização da economia (Lessa, 2008). A perda de densidade industrial e a reprimarização da pauta exportadora são, para o autor, sinais de um retrocesso estrutural que compromete o desenvolvimento nacional.

Outro aspecto fundamental de sua teoria é a defesa do mercado interno como base do desenvolvimento. Carlos Lessa enfatiza que o crescimento sustentado da economia brasileira depende da ampliação do consumo popular, da distribuição de renda e da inclusão social. O mercado interno robusto não é apenas consequência do desenvolvimento, mas condição para sua continuidade, pois sustenta a demanda por bens industriais e serviços e reduz a dependência de mercados externos voláteis (Furtado, 2007). Nesse ponto, Lessa converge com a tradição desenvolvimentista que associa crescimento econômico à elevação dos salários reais e à expansão dos direitos sociais.

A dimensão democrática ocupa lugar central na formulação da teoria do desenvolvimento nacional de Carlos Lessa. Para o autor, não há desenvolvimento autêntico sem democracia substantiva, entendida como participação efetiva da sociedade nas decisões políticas e econômicas, ampliação da cidadania e redução das desigualdades. Lessa critica abordagens que tratam a democracia como variável secundária ou meramente instrumental ao crescimento econômico, argumentando que regimes autoritários podem até promover crescimento episódico, mas tendem a aprofundar desigualdades e fragilizar a coesão social (Lessa, 2012). Essa concepção aproxima-se da abordagem de Amartya Sen, que entende o desenvolvimento como expansão das liberdades substantivas dos indivíduos (Sen, 2010).

No campo macroeconômico, Carlos Lessa apresenta uma crítica contundente à hegemonia do capital financeiro e à financeirização da economia. Para o autor, a subordinação das políticas econômicas aos interesses do sistema financeiro compromete o investimento produtivo e limita a capacidade do Estado de promover o desenvolvimento de longo prazo. A elevação estrutural das taxas de juros, a valorização cambial e a prioridade ao controle inflacionário em detrimento do crescimento são, segundo Lessa, elementos que reforçam a dependência externa e enfraquecem a base produtiva nacional (Lessa, 2004). Essa crítica dialoga com análises contemporâneas que denunciam os efeitos negativos da financeirização sobre o desenvolvimento e a democracia (Chesnais, 2005).

A teoria do desenvolvimento nacional formulada por Lessa também incorpora uma dimensão territorial e regional. O autor reconhece que o desenvolvimento brasileiro é profundamente desigual do ponto de vista espacial, resultado de um processo histórico de concentração econômica e de políticas públicas que negligenciaram as especificidades regionais. Nesse sentido, defende estratégias de desenvolvimento regional que valorizem as potencialidades locais, promovam a integração produtiva do território e reduzam assimetrias entre regiões (Lessa, 2000). O desenvolvimento nacional, para Lessa, não pode ser homogêneo, mas deve respeitar a diversidade econômica, social e cultural do país.

A cultura e a identidade nacional constituem outro elemento relevante na teoria do desenvolvimento nacional de Carlos Lessa. Diferentemente de abordagens estritamente economicistas, o autor enfatiza que o desenvolvimento envolve também dimensões simbólicas e culturais, relacionadas à construção de um projeto coletivo de nação. A valorização da cultura brasileira, da criatividade e da diversidade social é vista como componente estratégico para fortalecer a coesão social e a soberania nacional (Sachs, 2008). Essa perspectiva amplia o conceito de desenvolvimento, aproximando-o de abordagens que integram crescimento econômico, justiça social e sustentabilidade cultural.

No plano internacional, Carlos Lessa adota postura crítica em relação à globalização assimétrica e à inserção subordinada do Brasil na economia mundial. Para o autor, a abertura econômica indiscriminada e a liberalização financeira ampliaram a vulnerabilidade externa e reduziram a autonomia das políticas nacionais de desenvolvimento. Em contraposição, defende uma inserção internacional estratégica, que preserve a capacidade de decisão do Estado e fortaleça a base produtiva nacional (Bresser-Pereira, 2010). O desenvolvimento nacional, nessa perspectiva, exige soberania econômica e capacidade de negociação no cenário internacional.

A noção de projeto nacional é, talvez, o elemento mais distintivo da teoria do desenvolvimento nacional de Carlos Lessa. Para o autor, o Brasil carece de um projeto de longo prazo que articule Estado, sociedade e mercado em torno de objetivos comuns. A ausência desse projeto explica, em grande medida, a recorrência de crises econômicas, a instabilidade institucional e a dificuldade de consolidar um padrão de desenvolvimento inclusivo. O projeto nacional, segundo Lessa, deve ser construído democraticamente, a partir de pactos sociais que definam prioridades, estratégias e responsabilidades (Lessa, 2012).

A teoria do desenvolvimento nacional defendida por Carlos Lessa dialoga com correntes contemporâneas do pensamento desenvolvimentista, como o novo-desenvolvimentismo, ao mesmo tempo em que preserva elementos clássicos do estruturalismo latino-americano. Essa síntese confere atualidade à sua obra, especialmente em contextos de crise econômica e de questionamento dos paradigmas neoliberais. Ao enfatizar a centralidade do Estado, da democracia e da soberania, Lessa oferece um referencial teórico consistente para a análise dos desafios do desenvolvimento brasileiro no século XXI (Bresser-Pereira, 2010; Rodrik, 2016).

Assim, a teoria do desenvolvimento nacional formulada por Carlos Lessa constitui uma contribuição relevante para o pensamento social e econômico brasileiro, articulando a história, economia e política, o autor reafirma que o desenvolvimento é um processo complexo, que exige escolhas coletivas e instituições democráticas fortes. Sua obra permanece como referência fundamental para a compreensão dos limites e das possibilidades do desenvolvimento no Brasil, reafirmando a necessidade de um projeto nacional comprometido com a inclusão social, a soberania e a democracia substantiva.

10

DEMOCRACIA E PARTICIPAÇÃO SOCIAL



A relação entre democracia e participação social constitui um dos eixos centrais do pensamento político e econômico contemporâneo, e assume papel particularmente significativo na obra de Carlos Lessa. Ao longo de sua produção, Lessa problematiza a compreensão tradicional da democracia como mero conjunto de procedimentos formais — como eleições periódicas e alternância de poder — para enfatizar sua dimensão substantiva, especialmente quando articulada à participação social e às condições materiais de existência dos cidadãos. Para Lessa (2008, 2012), democracia e participação social não são conceitos acessórios ao desenvolvimento econômico, mas elementos constitutivos e indissociáveis de um projeto de desenvolvimento nacional que aspire, verdadeiramente, à inclusão, à justiça social e ao fortalecimento da cidadania.

A democratização política, em sua dimensão formal, recebeu atenção significativa na teoria política clássica. Dahl (2005) desenvolveu a noção de poliarquia para descrever sociedades que, mesmo não alcançando o ideal democrático pleno, apresentam elevadas possibilidades de participação e contestação política. Para ele, a democratização envolve tanto estruturas procedimentais — como liberdade de expressão, eleições competitivas e acesso à informação — quanto um grau substancial de envolvimento cidadão nas decisões coletivas. Essa compreensão amplia a abordagem tradicional da democracia para além de um conjunto de formalidades institucionais, aproximando-a de noções mais robustas de participação e inclusão.

Embora a concepção de Dahl (2005) seja emblemática para a teoria democrática contemporânea, ela permanece insuficiente quando adotada de forma isolada para caracterizar regimes em sociedades marcadas por profundas desigualdades econômicas e sociais. Em contextos como o brasileiro, por exemplo, a existência de eleições e instrumentos formais de representação não garante, por si só, a efetiva participação de amplos segmentos da população nas decisões políticas e econômicas. A persistência de exclusões estruturais — baseadas em desigualdades de renda, raça e território — limita a capacidade de muitos cidadãos influenciarem de fato a agenda pública (Souza, 2018). Esse entendimento demanda uma reflexão que articule democracia à participação social como dimensão substantiva da vida política.

Nesse sentido, as contribuições de Pateman (1992) amplia ainda mais a compreensão da democracia como participação. Pateman (1992) argumenta que a participação não deve ser entendida apenas como ato de votar em eleições, mas como um processo ativo de engajamento em diversas esferas da vida pública, promovendo aprendizado cívico, reforçando o senso de pertencimento coletivo e fortalecendo o controle social sobre as instituições. Essa perspectiva sublinha que a participação social efetiva amplia a legitimidade das decisões políticas e contribui para a construção de uma esfera pública mais inclusiva e dinâmica. Tais argumentos são particularmente relevantes para analisar democracias em países com elevadas desigualdades sociais, nos quais a simples formalização dos direitos políticos não assegura condições equânimes de participação.

Para Lessa (2008), a democracia assume uma dimensão ainda mais ampla quando articulada à questão do desenvolvimento econômico. Ele defende que a participação social não deve ser concebida apenas como um meio de fortalecer instituições políticas, mas como elemento integrante de um projeto nacional de desenvolvimento que engloba a produção e distribuição de riqueza, o fortalecimento do mercado interno e a reivindicação de direitos sociais e econômicos.

Essa visão expande o campo tradicional da teoria democrática ao incorporar a participação econômica como dimensão fundamental da cidadania. A partir dessa perspectiva, a participação social efetiva contribui não apenas para a definição de políticas públicas, mas também para a orientação dessas políticas em direção à redução das desigualdades e à promoção de um desenvolvimento mais inclusivo (Lessa, 2012).

A centralidade da participação social na obra de Lessa reflete influências e diálogos com a tradição do pensamento desenvolvimentista brasileiro, que historicamente enfatiza a importância de envolvimento coletivo na construção de alternativas ao subdesenvolvimento. Furtado (2007) destaca a necessidade de um projeto de desenvolvimento que incorpore reivindicações sociais e culturais, reconhecendo a participação popular como elemento de legitimidade e sustentabilidade política. Para Lessa (2012), a participação social dá conteúdo à democracia substancial e à construção de um projeto nacional que não se reduz à mera disputa política entre elites.

Ademais, a participação social, na concepção de Lessa, está intrinsecamente ligada ao fortalecimento de instituições públicas robustas e democráticas. A capacidade de organizações sociais, movimentos populares e grupos comunitários influírem na formulação e na execução de políticas públicas é um indicativo do grau de democratização de uma sociedade (Lessa, 2008). A participação nos processos decisórios confere às instituições maior accountability e sensibilidade às demandas reais da população. Souza (2018) pontua que em um país marcado por desigualdades regionais profundas, a participação social emerge como mecanismo de inclusão de vozes historicamente marginalizadas, ampliando a base de legitimidade das políticas públicas e fortalecendo o tecido democrático.

Nesse contexto, mecanismos participativos como conselhos gestores, orçamentos participativos e fóruns deliberativos têm sido destacados por estudiosos como instrumentos capazes de ampliar o engajamento cidadão nas decisões que afetam diretamente suas vidas. Exemplos de experiências bem-sucedidas de participação social no Brasil — como os orçamentos participativos em algumas cidades — demonstram que a democratização do processo decisório pode promover mudanças significativas na priorização de recursos e na definição de políticas públicas que privilegiam as necessidades da população mais vulnerável (Avritzer, 2002). Essas experiências ilustram como a participação social pode articular demandas locais a instâncias políticas mais amplas, fortalecendo a coesão social e a confiança nas instituições democráticas.

No debate contemporâneo sobre democracia e participação social, a questão do acesso à informação, à educação política e à comunicação desempenha papel crucial. A desigualdade no acesso a esses recursos compromete a equidade na participação democrática, uma vez que cidadãos mais informados e com maiores capacidades comunicativas tendem a influenciar mais intensamente as decisões públicas. Autores como Sen destacam que a expansão das capacidades individuais — incluindo a educação e o acesso à informação — é essencial para que os cidadãos possam exercer participação substantiva, não apenas como espectadores, mas como agentes ativos na vida política e social (Sen, 2010). Essa perspectiva convergente com a teoria do desenvolvimento de Lessa reforça o entendimento de que a participação social está relacionada a condições materiais e institucionais que ampliam liberdades efetivas.

A participação social também assume um caráter estratégico na articulação entre democracia e desenvolvimento econômico. Em regimes democráticos substantivos, a sociedade organizada pode influenciar a definição de prioridades em políticas industriais, sociais e territoriais, contribuindo para que o desenvolvimento econômico seja orientado não apenas por critérios de eficiência técnica, mas também por valores de justiça social e de equidade distributiva (Avritzer, 2002). Esse papel ativo da sociedade civil contribui para romper com a tradicional dicotomia entre delegação de poder aos representantes eleitos e passividade cidadã, consolidando uma concepção de democracia como processo contínuo de deliberação e engajamento coletivo.

Ao analisar a obra de Carlos Lessa, percebe-se que a participação social é concebida não apenas como um valor normativo, mas como um elemento prático que pode ser fortalecido por meio de instituições e mecanismos democráticos. Para Lessa (2012), a construção de um projeto nacional de desenvolvimento exige canais eficazes de participação que permitam às diferentes classes e grupos sociais influenciar as políticas econômicas e sociais. Essa influência deve ser entendida em termos não apenas quantitativos — como a participação em eleições — mas qualitativos, envolvendo engajamento deliberativo, construção de consensos e capacidade de traduzir demandas sociais em ações políticas concretas.

Nesse sentido, a participação social emerge como um antídoto contra a captura das instituições por forças econômicas concentradas, capazes de influenciar decisões públicas em detrimento do interesse coletivo. Avritzer (2002) analisa que a democratização da participação política, portanto, não é apenas um valor moral ou formal, mas uma condição necessária para que o desenvolvimento econômico reflita as necessidades e aspirações de uma ampla maioria da população. A igualdade de participação contribui para a redução de assimetrias de poder e para a construção de políticas mais legítimas e eficazes.

Nesse sentido, a concepção de democracia e participação social na obra de Carlos Lessa representa uma contribuição relevante para o entendimento contemporâneo da democracia como um processo substancialmente inclusivo. Ao articular participação social com desenvolvimento econômico e soberania nacional, Lessa (2008, 2012) amplia a análise tradicional da democracia, demonstrando que a efetividade democrática depende da construção de capacidades sociais, da redução das desigualdades materiais e da existência de instituições que legitimem e ampliem a voz dos cidadãos na política. Essa perspectiva fornece um referencial teórico e prático para compreender os desafios contemporâneos da democracia no Brasil e em outras sociedades marcadas por desigualdades profundas, reafirmando que a participação social constitui um componente essencial de qualquer projeto de desenvolvimento genuinamente democrático.

11

CRÍTICA AO NEOLIBERALISMO



A crítica ao neoliberalismo ocupa lugar central na obra de Carlos Lessa e constitui um dos eixos mais recorrentes de seus diagnósticos sobre os impasses do desenvolvimento brasileiro contemporâneo. Para o autor, o neoliberalismo não deve ser compreendido apenas como um conjunto de políticas econômicas conjunturais, mas como uma racionalidade hegemônica que redefine o papel do Estado, subordina a política à lógica dos mercados financeiros e esvazia o sentido substantivo da democracia. A partir dessa perspectiva, Lessa analisa os impactos estruturais das reformas neoliberais implementadas no Brasil, sobretudo a partir da década de 1990, evidenciando seus efeitos sobre a capacidade de crescimento, a soberania nacional e a coesão social.

O neoliberalismo, enquanto doutrina econômica e política, tem suas raízes no pensamento liberal clássico, mas adquire contornos específicos no pós-Segunda Guerra Mundial, especialmente a partir das formulações da Escola de Chicago e da crítica ao Estado intervencionista keynesiano. Autores como Friedrich Hayek e Milton Friedman defenderam a centralidade do mercado como mecanismo eficiente de alocação de recursos, bem como a redução do papel do Estado na economia (Hayek, 2011; Friedman, 1984). Essas ideias ganharam força no contexto da crise do capitalismo nos anos 1970 e se consolidaram como paradigma dominante nas décadas seguintes, influenciando profundamente as políticas econômicas em escala global.

Carlos Lessa reconhece que o neoliberalismo se apresentou como resposta à crise fiscal do Estado e às limitações do modelo desenvolvimentista clássico, mas argumenta que sua adoção acrítica em países periféricos produziu efeitos regressivos. Para o autor, as políticas neoliberais, ao priorizarem a liberalização comercial e financeira, a privatização de empresas estatais e a redução do investimento público, desconsideraram as especificidades históricas e estruturais da economia brasileira (Lessa, 2012). Em economias marcadas por desigualdades profundas e por uma industrialização incompleta, tais políticas tendem a reforçar a dependência externa e a fragilizar a base produtiva nacional.

Um dos principais alvos da crítica de Lessa é a financeirização da economia, entendida como a crescente predominância do capital financeiro sobre a economia produtiva. Segundo o autor, o neoliberalismo promoveu a subordinação das políticas macroeconômicas aos interesses do sistema financeiro, resultando em taxas de juros elevadas, câmbio valorizado e compressão do investimento produtivo. Esse modelo, ao privilegiar a rentabilidade de curto prazo, compromete o crescimento sustentado e limita a capacidade do Estado de induzir o desenvolvimento de longo prazo (Lessa, 2004). Essa análise converge com a literatura crítica sobre financeirização, que aponta seus efeitos negativos sobre o emprego, a distribuição de renda e a estabilidade econômica (Chesnais, 2005).

No contexto brasileiro, Lessa identifica que a adoção do receituário neoliberal contribuiu para um processo de desindustrialização precoce. A abertura comercial indiscriminada, combinada com a valorização cambial e a ausência de políticas industriais consistentes, reduziu a competitividade da indústria nacional e incentivou a reprimarização da pauta exportadora. Para Lessa, a perda de densidade industrial representa um retrocesso estrutural, pois compromete a capacidade do país de gerar empregos qualificados, incorporar progresso técnico e sustentar um padrão de crescimento autônomo (Lessa, 2012). Estudos recentes corroboram essa análise ao demonstrar os riscos associados à desindustrialização em economias emergentes (Rodrik, 2016).

Outro aspecto relevante da crítica de Carlos Lessa ao neoliberalismo refere-se à redefinição do papel do Estado. Para o autor, o discurso neoliberal construiu uma narrativa que associa o Estado à ineficiência e ao desperdício, ao passo que exalta o mercado como solução universal para os problemas econômicos e sociais. Essa visão ignora que, historicamente, os processos de desenvolvimento bem-sucedidos foram acompanhados por forte atuação estatal, especialmente no planejamento, no financiamento e na coordenação dos investimentos (Chang, 2004). Lessa argumenta que a retração do Estado, promovida pelo neoliberalismo, reduziu a capacidade de formular políticas estratégicas e enfraqueceu instrumentos fundamentais de desenvolvimento.

A crítica ao neoliberalismo em Lessa também se estende às suas implicações sociais. O autor destaca que as políticas de ajuste fiscal, contenção de gastos públicos e flexibilização das relações de trabalho tendem a aprofundar desigualdades e precarizar o mercado de trabalho. Embora o neoliberalismo prometa eficiência e crescimento, seus resultados, em muitos casos, foram o aumento da concentração de renda e a exclusão social persistente. Para Lessa, o desenvolvimento econômico dissociado da inclusão social não apenas é eticamente questionável, mas também economicamente insustentável, pois enfraquece o mercado interno e limita a dinâmica do crescimento (Furtado, 2007).

No plano político, Carlos Lessa enfatiza que o neoliberalismo produz efeitos corrosivos sobre a democracia. Ao subordinar decisões políticas a imperativos de mercado e a compromissos com agentes financeiros internacionais, reduz-se o espaço de deliberação democrática e a autonomia dos Estados nacionais. Políticas econômicas passam a ser apresentadas como técnicas e inevitáveis, esvaziando o debate público e restringindo a capacidade da sociedade de influenciar rumos estratégicos do desenvolvimento. Esse fenômeno, segundo Lessa, contribui para o distanciamento entre cidadãos e instituições políticas, alimentando crises de legitimidade democrática (Lessa, 2012).

A crítica de Lessa dialoga com análises contemporâneas que apontam para a incompatibilidade entre neoliberalismo e democracia substantiva. Autores como Stiglitz argumentam que a liberalização financeira excessiva e a desregulamentação fragilizam instituições democráticas e ampliam o poder de grupos econômicos concentrados (Stiglitz, 2002). Da mesma forma, Polanyi já havia alertado que a tentativa de submeter a sociedade às leis autorreguladoras do mercado tende a gerar reações sociais e crises políticas profundas (Polanyi, 2000). Lessa recupera essas reflexões para sustentar que o neoliberalismo, longe de promover estabilidade, produz instabilidade econômica e social.

Um elemento distintivo da crítica de Carlos Lessa é sua ênfase na ausência de um projeto nacional sob a hegemonia neoliberal. Para o autor, o neoliberalismo substitui a ideia de projeto coletivo por uma lógica fragmentada, orientada por interesses privados e de curto prazo. A desarticulação entre Estado, sociedade e mercado resulta na incapacidade de formular estratégias de desenvolvimento de longo prazo, deixando o país vulnerável a ciclos externos e a crises recorrentes. Essa ausência de projeto nacional explica, segundo Lessa, a dificuldade histórica do Brasil em consolidar um padrão de desenvolvimento inclusivo e sustentável (Lessa, 2012).

Em contraposição ao neoliberalismo, Carlos Lessa defende a retomada de uma perspectiva desenvolvimentista renovada, que reconheça os limites do Es-

tado, mas reafirme seu papel estratégico. Essa alternativa não implica o retorno acrítico ao desenvolvimentismo clássico, mas a construção de um novo pacto social que articule crescimento econômico, democracia e inclusão social. Nessa perspectiva, o Estado deve atuar como indutor do desenvolvimento, promovendo políticas industriais, investimentos em infraestrutura, ciência e tecnologia, além de fortalecer mecanismos de participação social e controle democrático (Bresser-Pereira, 2010).

A crítica ao neoliberalismo, portanto, não se limita, na obra de Carlos Lessa, à denúncia de seus efeitos econômicos negativos, mas envolve uma reflexão mais ampla sobre seus impactos políticos, sociais e culturais. Ao questionar a naturalização das políticas neoliberais, Lessa (2012) reafirma o caráter político das escolhas econômicas e a necessidade de recolocar o desenvolvimento no centro do debate democrático. Essa postura confere atualidade à sua obra, especialmente em contextos de crise econômica e de questionamento das promessas do mercado autorregulado.

A crítica ao neoliberalismo formulada por Carlos Lessa constitui uma contribuição relevante para o pensamento social e econômico brasileiro. Chang (2014) discute que, ao evidenciar os limites do modelo neoliberal em países periféricos, essa abordagem Lessiana reforça a necessidade de um projeto nacional de desenvolvimento que articule soberania, democracia e justiça social. Sua análise oferece instrumentos teóricos para compreender os desafios contemporâneos do Brasil e para pensar alternativas que superem a lógica da dependência e da financeirização, reafirmando o papel do Estado e da participação social na construção de um desenvolvimento efetivamente democrático.

12

CARLOS LESSA E A DEMOCRACIA



O pensamento de Carlos Lessa ocupa lugar singular no debate brasileiro sobre democracia, desenvolvimento e soberania nacional. Economista heterodoxo, intelectual público e reitor da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Lessa articulou uma leitura crítica da formação econômica e social do Brasil, associando a consolidação democrática à construção de um projeto nacional de desenvolvimento inclusivo. Para o autor, a democracia não pode ser reduzida a um arranjo institucional-formal, mas deve ser compreendida como um processo histórico, social e político profundamente condicionado pelas estruturas econômicas, pela distribuição do poder e pela capacidade do Estado de promover bem-estar e participação cidadã (Lessa, 1998; 2003). Nesse sentido, sua reflexão dialoga com a tradição do pensamento desenvolvimentista brasileiro e com críticas contemporâneas ao neoliberalismo e às formas tecnocráticas de governança.

A democracia, em Lessa, é inseparável da questão nacional. Em países periféricos como o Brasil, marcados por heranças coloniais, desigualdades estruturais e dependência externa, a efetivação democrática exige mais do que eleições periódicas: demanda a ampliação das capacidades sociais, econômicas e culturais da população. Assim, o autor situa a democracia como um projeto em permanente construção, tensionado por conflitos de classe, disputas distributivas e pela inserção subordinada do país na economia mundial (Lessa, 2000; Furtado, 2007). Essa perspectiva fundamenta a análise dos eixos que estruturam este capítulo.

A democracia como processo histórico constitui um dos pilares centrais do pensamento de Carlos Lessa. Para o autor, não se trata de um modelo universal e acabado, mas de uma experiência situada, moldada por trajetórias nacionais específicas. No caso brasileiro, a democracia foi historicamente limitada por um padrão de desenvolvimento excludente, pela concentração de renda e pelo predomínio de elites econômicas que capturaram o Estado ao longo do tempo (Lessa, 1998). A transição democrática iniciada na década de 1980 representou um avanço significativo no plano institucional, mas não foi acompanhada por transformações estruturais capazes de reduzir as desigualdades sociais e regionais.

Lessa enfatiza que a história política brasileira revela uma democracia frequentemente tutelada, na qual amplos segmentos da população permaneceram afastados dos processos decisórios. Essa condição fragiliza a cidadania e compromete a legitimidade do regime democrático, uma vez que direitos civis e políticos não se traduzem automaticamente em direitos sociais efetivos (Lessa, 2003). Nesse ponto, sua análise converge com a crítica estrutural de autores como Florestan Fernandes e Celso Furtado, para quem a democracia em sociedades dependentes tende a assumir formas restritas, se não for acompanhada por um projeto de desenvolvimento nacional autônomo (Fernandes, 1975; Furtado, 2007).

Ao conceber a democracia como processo histórico, Lessa destaca o papel das lutas sociais e da ação coletiva na ampliação de direitos. A Constituição Federal de 1988 é frequentemente citada como um marco dessa trajetória, por incorporar demandas sociais e reconhecer a centralidade do Estado na promoção do desenvolvimento e da justiça social. Contudo, o autor alerta que conquistas democráticas são sempre reversíveis em contextos de crise econômica, ajuste fiscal e hegemonia de ideologias que subordinam a política às exigências do mercado (Lessa, 2000).

A participação popular e as instituições democráticas constituem outro eixo fundamental da reflexão de Carlos Lessa. Para ele, a democracia só se fortalece quando há interação dinâmica entre sociedade civil organizada e instituições políticas. Mecanismos de participação direta, como conselhos, conferências e orçamentos participativos, ampliam o espaço público e contribuem para reduzir a distância entre Estado e sociedade (Lessa, 2003). No entanto, tais instrumentos não podem ser vistos como substitutos das instituições representativas, mas como complementos necessários para aprofundar a democracia.

Lessa critica a visão minimalista de democracia, centrada exclusivamente no voto e na competição eleitoral. Essa concepção, amplamente difundida no contexto neoliberal, ignora as assimetrias de poder e recursos que condicionam a capacidade real de participação dos cidadãos (Lessa, 1998). Para o autor, instituições democráticas só cumprem plenamente seu papel quando são permeáveis às demandas sociais e orientadas por um projeto coletivo de desenvolvimento. Caso contrário, correm o risco de se converter em instâncias formais esvaziadas de conteúdo substantivo.

Nesse sentido, a participação popular é entendida como prática educativa e emancipatória. Ao envolver-se nos processos decisórios, os cidadãos desenvolvem consciência política, fortalecem vínculos comunitários e constroem uma cultura democrática. Essa dimensão pedagógica da participação aproxima Lessa de perspectivas que valorizam a democracia deliberativa e a cidadania ativa, ainda que o autor mantenha uma preocupação constante com as condições materiais que possibilitam ou limitam tais práticas (Lessa, 2000; Santos, 2002).

O papel do Estado no fortalecimento da democracia ocupa posição central no pensamento de Carlos Lessa. Em oposição às teses que defendem o Estado mínimo, o autor sustenta que, em países como o Brasil, o Estado é agente indispensável para a promoção do desenvolvimento econômico, da inclusão social e da soberania nacional (Lessa, 1998). A democracia, nessa perspectiva, depende da capacidade estatal de formular e implementar políticas públicas que reduzam desigualdades e ampliem oportunidades.

Lessa argumenta que a retração do Estado, promovida por reformas neoliberais desde a década de 1990, comprometeu não apenas o crescimento econômico, mas também a qualidade da democracia. A privatização de serviços essenciais, a precarização do trabalho e o enfraquecimento de políticas sociais limitaram o exercício efetivo da cidadania, ao subordinar direitos sociais à lógica do mercado (Lessa, 2003). Assim, o fortalecimento democrático exige a reconstrução de um Estado desenvolvimentista, capaz de planejar, investir e regular a economia em favor do interesse público.

Essa concepção dialoga com a tradição estruturalista latino-americana, que associa democracia e desenvolvimento a estratégias nacionais de industrialização, inovação e integração social (Furtado, 2007; Bresser-Pereira, 2010). Para Lessa, o Estado democrático não é neutro: ele deve assumir posição ativa na mediação de conflitos sociais e na indução de um padrão de crescimento que beneficie a maioria da população.

As críticas às formas contemporâneas de governança sintetizam a preocupação de Carlos Lessa com os rumos da democracia no contexto da globalização. O autor observa que, nas últimas décadas, decisões estratégicas passaram a ser transferidas para instâncias tecnocráticas, organismos internacionais e merca-

dos financeiros, reduzindo o espaço da deliberação democrática (Lessa, 2000). Esse processo enfraquece a soberania popular e limita a capacidade dos Estados nacionais de responder às demandas sociais.

Lessa critica a governança orientada por critérios de eficiência econômica e estabilidade macroeconômica, quando dissociada de objetivos sociais e democráticos. Para ele, a centralidade conferida a indicadores financeiros e à disciplina fiscal tende a obscurecer questões fundamentais como emprego, renda e bem-estar (Lessa, 2003). Essa crítica aproxima-se de análises que denunciam o déficit democrático das instituições globais e a captura do Estado por interesses corporativos (Stiglitz, 2012; Santos, 2002).

Sendo assim, esse capítulo trata uma reflexão mais aprofundada sobre o pensamento de Carlos Lessa e a sua contribuição para a compreensão da democracia como projeto histórico, social e econômico. Ao articular participação popular, fortalecimento do Estado e crítica às formas contemporâneas de governança, o autor reafirma que a democracia só se realiza plenamente quando vinculada a um projeto nacional de desenvolvimento inclusivo e soberano. Sua obra permanece atual diante dos desafios impostos pelas desigualdades persistentes, pela crise da representação e pelas tensões entre mercado, Estado e sociedade na contemporaneidade.

13

DEMOCRACIA COMO PROCESSO HISTÓRICO



A compreensão da democracia como processo histórico constitui um eixo central para a análise crítica das formas políticas modernas e contemporâneas, especialmente em sociedades marcadas por profundas desigualdades sociais, econômicas e culturais. Diferentemente das concepções normativas que tratam a democracia como um modelo institucional acabado, a abordagem histórica enfatiza seu caráter dinâmico, conflitivo e inacabado, resultante de disputas sociais, transformações econômicas e reconfigurações do poder ao longo do tempo. Nesse sentido, a democracia não emerge como concessão espontânea das elites, mas como produto de lutas coletivas pela ampliação de direitos, pela inclusão política e pela redefinição das relações entre Estado e sociedade (Bobbio, 2000; Tilly, 2007).

Historicamente, a democracia tem suas origens associadas à experiência da pólis grega, especialmente em Atenas, onde se desenvolveram práticas de participação direta dos cidadãos nas decisões públicas. Contudo, esse modelo era profundamente excludente, uma vez que mulheres, estrangeiros e escravizados estavam afastados da esfera política. Ainda assim, a experiência ateniense estabeleceu fundamentos importantes, como a ideia de isonomia e a centralidade do debate público, que influenciaram concepções posteriores de governo popular (Finley, 1988). A herança clássica, no entanto, foi reinterpretada ao longo dos séculos, sobretudo a partir da consolidação dos Estados modernos.

Com o advento da modernidade, a democracia passou a ser articulada às transformações econômicas e sociais decorrentes do capitalismo, da formação dos Estados nacionais e das revoluções burguesas. As revoluções inglesa, americana e francesa representam marcos fundamentais desse processo, ao afirmarem princípios como soberania popular, direitos civis e limitação do poder estatal (Hobsbawm, 2012). Todavia, tais conquistas foram inicialmente restritas a segmentos específicos da sociedade, refletindo a correlação de forças entre classes sociais e os interesses da burguesia emergente. Assim, a democracia liberal consolidou-se como um regime político que combinava representação, constitucionalismo e proteção da propriedade privada.

Tocqueville (2005) já identificava as tensões inerentes à democracia moderna, especialmente no que se refere à relação entre igualdade formal e desigualdades materiais. Para Tocqueville, a democracia era um movimento histórico irreversível, impulsionado pela tendência à igualdade de condições, mas sujeito a riscos como a tirania da maioria e o enfraquecimento da participação cívica. Essa leitura ressalta que a democracia, enquanto processo histórico, comporta avanços e retrocessos, sendo permanentemente reconfigurada pelas práticas sociais e institucionais.

No século XX, a ampliação do sufrágio e a incorporação das massas ao sistema político marcaram uma nova etapa do desenvolvimento democrático. As lutas operárias, os movimentos feministas e as reivindicações por direitos civis contribuíram para a expansão da cidadania política e social, conforme destacado por T. H. Marshall em sua clássica tipologia dos direitos de cidadania (Marshall, 1967). A democracia passou, então, a ser associada não apenas à participação política, mas também à garantia de direitos sociais, como educação, saúde e previdência, especialmente no contexto do Estado de bem-estar social.

Entretanto, a consolidação da democracia como processo histórico não ocorreu de maneira homogênea entre os países. Em sociedades periféricas e

dependentes, como as latino-americanas, o desenvolvimento democrático foi marcado por rupturas institucionais, autoritarismos recorrentes e exclusão social persistente. No Brasil, por exemplo, a experiência democrática foi historicamente limitada por um padrão de desenvolvimento excludente, pela herança colonial e pela concentração de poder econômico e político nas mãos de elites restritas (Fernandes, 1975; Lessa, 1998). A cidadania foi construída de forma fragmentada, com amplos contingentes populacionais alijados do acesso a direitos básicos.

A redemocratização brasileira, iniciada na década de 1980, representou um marco relevante nesse processo histórico, ao restabelecer liberdades civis, direitos políticos e mecanismos institucionais de participação. A Constituição Federal de 1988 simboliza esse momento ao afirmar a democracia como valor fundamental e ao ampliar o rol de direitos sociais. Contudo, como destaca Carlos Lessa, a institucionalização democrática não foi acompanhada por transformações estruturais capazes de enfrentar as desigualdades históricas e a dependência econômica do país (Lessa, 2003). Dessa forma, a democracia brasileira permaneceu tensionada entre avanços normativos e limitações materiais.

A perspectiva de democracia como processo histórico também permite compreender a centralidade dos conflitos sociais na ampliação e na redefinição do regime democrático. Tilly (2007) observa que a democratização resulta de interações contínuas entre Estado e sociedade, nas quais movimentos sociais desempenham papel decisivo ao pressionar por inclusão, direitos e reconhecimento. Nesse sentido, a democracia não se resume a instituições formais, mas envolve práticas sociais, repertórios de ação coletiva e disputas simbólicas que moldam o espaço público.

No contexto contemporâneo, a democracia enfrenta novos desafios que reafirmam seu caráter histórico e contingente. A globalização econômica, a financeirização do capitalismo e a difusão de políticas neoliberais reconfiguraram as relações entre Estado, mercado e sociedade, muitas vezes em detrimento da soberania popular. A transferência de decisões estratégicas para instâncias tecnocráticas e organismos internacionais tem limitado o alcance da deliberação democrática, gerando o que diversos autores denominam “déficit democrático” (Habermas, 2012; Stiglitz, 2012). Tais transformações evidenciam que a democracia não é um estado consolidado, mas um processo permanentemente disputado.

Carlos Lessa contribui de forma significativa para esse debate ao enfatizar que, em países como o Brasil, a democracia só pode ser compreendida à luz da questão nacional e do desenvolvimento econômico. Para o autor, a fragilidade democrática está diretamente associada à incapacidade histórica do Estado brasileiro de promover um projeto de desenvolvimento inclusivo e soberano (Lessa, 1998). Assim, a democracia como processo histórico depende da articulação entre crescimento econômico, redução das desigualdades e fortalecimento da cidadania.

Além disso, a abordagem histórica da democracia destaca a importância da memória social e das experiências passadas na conformação das práticas políticas presentes. Regimes autoritários, como as ditaduras latino-americanas do século XX, deixam marcas profundas nas instituições e na cultura política, influenciando níveis de confiança, participação e engajamento cívico. A superação dessas heranças autoritárias requer não apenas reformas institucionais, mas também pro-

cessos de educação política e fortalecimento da sociedade civil (Santos, 2002).

Finley (1998) entende que, conceber a democracia como processo histórico implica reconhecê-la como construção coletiva, marcada por avanços, contradições e retrocessos. Essa perspectiva permite superar visões reducionistas que identificam a democracia exclusivamente com procedimentos eleitorais, enfatizando sua dimensão social, econômica e cultural. No caso brasileiro, a partir de algumas discussões pontuais com a de Bobbio (2000) e Fernandes (1975), essa abordagem revela que a consolidação democrática está intrinsecamente vinculada à superação das desigualdades estruturais, ao fortalecimento do Estado e à ampliação da participação popular. Assim, a democracia permanece como projeto em aberto, cuja realização depende da capacidade histórica das sociedades de enfrentar conflitos, redefinir instituições e ampliar horizontes de cidadania.

14

PARTICIPAÇÃO POPULAR E INSTITUIÇÕES DEMOCRÁTICAS



A relação entre participação popular e instituições democráticas constitui um dos eixos centrais da teoria e da prática da democracia contemporânea, especialmente em sociedades marcadas por desigualdades estruturais e por trajetórias históricas de exclusão política. A participação popular não se limita ao ato do voto, mas envolve um conjunto amplo de práticas, mecanismos e espaços por meio dos quais os cidadãos influenciam, direta ou indiretamente, as decisões públicas. As instituições democráticas, por sua vez, representam o arcabouço formal que organiza, regula e, em certa medida, condiciona essas formas de participação. A tensão entre participação e institucionalização é permanente e revela os limites e as potencialidades da democracia enquanto processo histórico e social (Bobbio, 2000).

Do ponto de vista conceitual, a participação popular pode ser compreendida como a capacidade efetiva dos cidadãos de intervir nos processos decisórios que afetam suas vidas individuais e coletivas. Autores clássicos como Rousseau já defendiam a participação direta como fundamento da soberania popular, entendendo que a vontade geral só poderia se manifestar plenamente quando os cidadãos participassem ativamente da deliberação política (Rousseau, 2011). No entanto, a consolidação dos Estados modernos e a complexidade crescente das sociedades tornaram inviável a generalização de modelos de democracia direta, levando à institucionalização da democracia representativa.

A democracia representativa, baseada em eleições periódicas, partidos políticos e parlamentos, tornou-se o modelo predominante ao longo dos séculos XIX e XX. Joseph Schumpeter definiu esse modelo como um método competitivo de seleção de lideranças, no qual a participação popular se restringe essencialmente à escolha dos governantes (Schumpeter, 1961). Essa concepção minimalista de democracia foi amplamente criticada por reduzir o papel dos cidadãos e por esvaziar o potencial transformador da participação política, sobretudo em contextos de forte desigualdade social.

As críticas ao modelo estritamente representativo impulsionaram o desenvolvimento de abordagens que enfatizam a dimensão participativa e deliberativa da democracia. Pateman (1992) argumenta que a participação possui um valor não apenas instrumental, mas também educativo, na medida em que fortalece a consciência cívica, a autonomia dos indivíduos e o compromisso com o bem comum. Nessa perspectiva, a participação popular contribui para a legitimação das instituições democráticas e para o aprofundamento da democracia, indo além da lógica eleitoral.

Habermas (1997), ao formular a teoria da democracia deliberativa, destaca a centralidade do espaço público e do debate racional na formação da vontade política. Para o autor, as instituições democráticas devem ser permeáveis às demandas oriundas da sociedade civil, garantindo canais efetivos de comunicação entre cidadãos e sistema político. Assim, a legitimidade democrática decorre não apenas do voto, mas da qualidade dos processos deliberativos e da inclusão de múltiplas vozes no debate público.

No contexto latino-americano, e particularmente no Brasil, a discussão sobre participação popular ganha contornos específicos em razão da história de autoritarismo, patrimonialismo e exclusão social. Durante grande parte do século XX, as instituições políticas brasileiras foram marcadas por baixa representatividade e por limitada capacidade de incorporação das demandas populares. A

redemocratização, a partir da década de 1980, abriu espaço para a construção de novos mecanismos institucionais de participação, como conselhos gestores de políticas públicas, conferências nacionais e experiências de orçamento participativo (Avritzer, 2002).

A Constituição Federal de 1988 representa um marco fundamental nesse processo ao reconhecer a participação popular como princípio estruturante do Estado democrático de direito. Ao prever instrumentos como plebiscitos, referendos, iniciativas populares de lei e conselhos de políticas públicas, a Constituição ampliou o escopo da participação para além da democracia representativa tradicional. Contudo, a efetividade desses mecanismos depende de fatores políticos, institucionais e sociais que variam significativamente entre diferentes contextos (Dagnino, 2004).

Carlos Lessa contribui de forma relevante para a compreensão crítica dessa relação ao enfatizar que a participação popular, em países periféricos, está intrinsecamente vinculada ao projeto de desenvolvimento nacional. Para o autor, a fragilidade das instituições democráticas brasileiras decorre, em grande medida, da dissociação histórica entre crescimento econômico, inclusão social e soberania popular (Lessa, 1998). Nesse sentido, a participação não pode ser compreendida apenas como um arranjo institucional, mas como expressão de um projeto político mais amplo de nação.

Lessa argumenta que as instituições democráticas no Brasil foram frequentemente capturadas por interesses oligárquicos e por uma lógica tecnocrática que limita a influência efetiva da sociedade sobre as decisões estratégicas do Estado. A participação popular, quando restrita a mecanismos formais e desprovida de poder decisório real, tende a assumir um caráter meramente consultivo, sem capacidade de alterar estruturas de poder consolidadas (Lessa, 2003). Essa crítica dialoga com análises contemporâneas que apontam para o risco da “participação controlada”, na qual os espaços participativos são institucionalizados sem promover efetiva redistribuição de poder (Dagnino, 2004).

Ao mesmo tempo, experiências participativas no Brasil e em outros países da América Latina demonstram o potencial transformador da articulação entre participação popular e instituições democráticas. O orçamento participativo, por exemplo, tornou-se referência internacional ao permitir que cidadãos influenciassem diretamente a alocação de recursos públicos, fortalecendo a transparência, a accountability e a inclusão social (Avritzer, 2002). Essas experiências evidenciam que a institucionalização da participação pode contribuir para o fortalecimento da democracia quando acompanhada de vontade política e de mobilização social.

Entretanto, a consolidação de instituições democráticas participativas enfrenta desafios significativos no contexto contemporâneo. A crescente complexidade das políticas públicas, a influência do mercado financeiro e a centralização de decisões em instâncias técnicas reduzem os espaços de intervenção cidadã. Além disso, a desigualdade socioeconômica limita a capacidade de participação de amplos segmentos da população, reproduzindo assimetrias de poder no interior das próprias instituições democráticas (Stiglitz, 2012).

A crise de representação e a desconfiança crescente em relação às instituições políticas tem sido pontos fulcrais no debate acadêmico. Os baixos níveis de confiança em parlamentos, partidos e governos indicam um distanciamento

entre cidadãos e sistema político, o que pode resultar em apatia, desmobilização ou, em casos extremos, na adesão a discursos autoritários. Para Rosanvallon (2011), essa crise exige a reinvenção das formas de participação e controle democrático, com ênfase em mecanismos de vigilância cidadã, transparência e responsividade institucional.

No caso brasileiro, essa crise se manifesta de forma particularmente aguda em contextos de instabilidade política e econômica. A redução de espaços participativos, o enfraquecimento de conselhos e a centralização decisória comprometem a capacidade das instituições democráticas de absorver demandas sociais e de mediar conflitos. Lessa (1998) alerta que, sem participação popular ativa, a democracia tende a se esvaziar, tornando-se incapaz de sustentar um projeto nacional de desenvolvimento que enfrente as desigualdades históricas do país.

Assim, a relação entre participação popular e instituições democráticas deve ser compreendida como um processo dinâmico e contraditório. Dagnino (2004) entende que a institucionalização da participação é condição necessária, mas não suficiente, para o aprofundamento democrático. É fundamental que esses mecanismos estejam articulados a uma sociedade civil organizada, a um Estado comprometido com o interesse público e a um projeto de desenvolvimento inclusivo. Caso contrário, corre-se o risco de reduzir a participação a um ritual formal, incapaz de promover transformações estruturais.

15

O PAPEL DO ESTADO NO FORTALECIMENTO DA DEMOCRACIA



O debate sobre o papel do Estado no fortalecimento da democracia ocupa posição central nas reflexões teóricas e políticas contemporâneas, sobretudo em sociedades marcadas por desigualdades estruturais e por trajetórias históricas de exclusão social. Longe de representar apenas um aparato burocrático ou um ente neutro de regulação, o Estado constitui um espaço estratégico de disputa política, no qual se definem prioridades, se alocam recursos e se constroem as condições materiais e institucionais para o exercício da cidadania. Nesse sentido, a democracia não pode ser compreendida como fenômeno exclusivamente procedimental ou eleitoral, mas como um processo que depende diretamente da capacidade estatal de garantir direitos, promover inclusão social e assegurar a participação efetiva da população nas decisões públicas (Bobbio, 2000).

Historicamente, o Estado moderno emerge associado à consolidação do capitalismo e à centralização do poder político. A partir das revoluções burguesas, o Estado passa a assumir funções relacionadas à garantia das liberdades civis, da propriedade privada e da ordem jurídica, configurando o chamado Estado liberal. Embora esse modelo tenha sido fundamental para a afirmação de direitos individuais e para a institucionalização da democracia representativa, ele se mostrou insuficiente para enfrentar as profundas desigualdades geradas pelo próprio desenvolvimento capitalista (Polanyi, 2000). Assim, a ampliação da democracia exigiu uma redefinição do papel do Estado.

No século XX, especialmente após a crise de 1929 e o pós-Segunda Guerra Mundial, consolida-se a experiência do Estado de bem-estar social, que amplia significativamente as funções estatais nas áreas econômica e social. O Estado passa a atuar como indutor do desenvolvimento, regulador dos mercados e provedor de políticas sociais, promovendo a expansão dos direitos sociais e a integração de amplos setores da população à cidadania (Marshall, 1967). Esse modelo contribuiu de forma decisiva para o fortalecimento da democracia em diversos países, ao reduzir desigualdades e ampliar as bases sociais de sustentação do regime democrático.

Entretanto, a experiência do Estado de bem-estar não se deu de forma homogênea. Em países periféricos, como o Brasil, o Estado assumiu um papel ambíguo, combinando iniciativas desenvolvimentistas com padrões autoritários de gestão e com a reprodução de privilégios das elites. A construção da democracia brasileira foi historicamente limitada por um Estado que, embora centralizador e intervencionista, raramente conseguiu articular desenvolvimento econômico, justiça social e participação popular de forma consistente (Fernandes, 1975; Lessa, 1998). Essa contradição marcou profundamente a relação entre Estado e democracia no país.

Carlos Lessa oferece uma contribuição relevante para a compreensão desse dilema ao analisar o Estado brasileiro a partir da perspectiva do desenvolvimento nacional. Para o autor, o enfraquecimento da democracia está diretamente associado à perda de capacidade do Estado de formular e implementar um projeto nacional soberano, capaz de integrar crescimento econômico, inclusão social e participação cidadã (Lessa, 2003). Segundo Lessa, um Estado capturado por interesses financeiros e subordinado às dinâmicas do mercado global tende a esvaziar a política e a limitar o alcance da democracia.

A partir da década de 1980, com a ascensão do neoliberalismo, observa-se um movimento de retração do Estado, marcado por privatizações, desregula-

mentação e redução das políticas sociais. Essa reconfiguração do papel estatal teve impactos significativos sobre a democracia, ao enfraquecer os mecanismos de proteção social e ao deslocar decisões estratégicas para instâncias técnicas e pouco permeáveis ao controle democrático (Harvey, 2008). Em muitos casos, o Estado passou a atuar mais como gestor dos interesses do mercado do que como promotor do bem-estar coletivo.

No contexto brasileiro, a Constituição Federal de 1988 representou uma tentativa de reorientar o papel do Estado em direção ao fortalecimento da democracia e da cidadania. Ao instituir um amplo rol de direitos sociais e mecanismos de participação popular, a Constituição reafirmou o Estado como agente central na promoção da justiça social e na garantia da soberania popular. Contudo, a efetivação desses princípios tem sido tensionada por políticas econômicas restritivas e por reformas que limitam a capacidade de intervenção estatal (Santos, 2002).

O fortalecimento da democracia exige, portanto, um Estado capaz de assegurar condições materiais mínimas para o exercício da cidadania. A desigualdade extrema compromete a igualdade política, pois restringe a participação efetiva de amplos segmentos da população. Nesse sentido, políticas públicas nas áreas de educação, saúde, habitação e trabalho não devem ser compreendidas apenas como ações assistenciais, mas como elementos estruturantes da democracia (Sen, 2010). Um Estado que negligencia essas dimensões tende a produzir democracias formais, porém socialmente frágeis.

Além da dimensão social, o papel do Estado no fortalecimento da democracia envolve a construção e o aprimoramento de instituições políticas transparentes, responsivas e abertas à participação popular. A consolidação de mecanismos de controle social, como conselhos de políticas públicas, ouvidorias e instrumentos de transparência, amplia a capacidade da sociedade de influenciar e fiscalizar a ação estatal. Para autores como Pierre Rosanvallon, a democracia contemporânea exige não apenas representação, mas também vigilância cidadã e accountability permanente (Rosanvallon, 2011).

Carlos Lessa enfatiza que o Estado democrático deve ser entendido como expressão da vontade nacional, e não como simples administrador de interesses privados. Para o autor, a reconstrução do papel do Estado passa pela retomada da política como espaço legítimo de definição dos rumos do desenvolvimento. Isso implica enfrentar a financeirização da economia, recuperar a capacidade de planejamento estatal e fortalecer empresas e instituições públicas estratégicas (Lessa, 1998). Sem essas condições, a democracia tende a se reduzir a um conjunto de procedimentos descolados das necessidades concretas da população.

Outro aspecto central diz respeito à relação entre Estado, soberania e democracia. Em um contexto de globalização econômica, os Estados nacionais enfrentam restrições crescentes à sua capacidade de formular políticas autônomas. A submissão a organismos internacionais e a acordos que limitam a ação estatal pode comprometer a soberania popular, uma vez que decisões fundamentais passam a ser tomadas fora do alcance do controle democrático (Stiglitz, 2012). Para Lessa, a defesa da democracia no Brasil está indissociavelmente ligada à defesa da soberania nacional e da capacidade do Estado de orientar o desenvolvimento.

O fortalecimento do Estado democrático também requer a superação de práticas autoritárias e patrimonialistas que historicamente marcaram a adminis-

tração pública brasileira. A profissionalização da burocracia, o combate à corrupção e a ampliação da transparência são elementos essenciais para a construção de confiança entre Estado e sociedade. Sem legitimidade institucional, o Estado perde sua capacidade de articular consensos e de mediar conflitos, enfraquecendo o próprio regime democrático (Weber, 1999).

Ao mesmo tempo, é fundamental reconhecer que o Estado não atua de forma isolada. O fortalecimento da democracia depende da interação entre Estado, sociedade civil e mercado, em uma dinâmica de cooperação e conflito. Bobbio (2000) observa que a centralidade do Estado reside justamente em sua capacidade de regular essas relações, garantindo que o interesse público prevaleça sobre interesses particulares. Quando o Estado abdica desse papel, a democracia se fragiliza e se torna vulnerável a processos de captura e exclusão.

Para Harvey (2008) o papel do Estado no fortalecimento da democracia é multifacetado e historicamente condicionado. Ele envolve a garantia de direitos, a promoção do desenvolvimento econômico inclusivo, a construção de instituições participativas e a defesa da soberania nacional. Não obstante, a reflexão de Carlos Lessa evidencia que, no caso brasileiro, a democracia só pode se consolidar plenamente por meio de um Estado forte, democrático e comprometido com um projeto nacional de desenvolvimento. Assim, longe de ser um obstáculo à democracia, o Estado constitui seu principal sustentáculo, desde que orientado por valores de justiça social, participação popular e interesse público.

16

**CRÍTICAS ÀS FORMAS
CONTEMPORÂNEAS DE
GOVERNANÇA**



As formas contemporâneas de governança têm ocupado lugar central no debate político e acadêmico desde o final do século XX, especialmente em razão das transformações impostas pela globalização econômica, pela financeirização do capitalismo e pela difusão de reformas estatais inspiradas no ideário neoliberal. O conceito de governança, amplamente difundido por organismos internacionais, passou a designar um conjunto de arranjos institucionais e práticas de gestão que envolvem múltiplos atores — Estado, mercado e sociedade civil — na formulação e implementação de políticas públicas. Contudo, embora apresentado como solução para a crise do Estado e para os limites da democracia representativa, esse modelo tem sido alvo de críticas consistentes por seu potencial de esvaziamento da soberania popular e de enfraquecimento da democracia substantiva (Rhodes, 1996; Jessop, 2002).

Uma das críticas centrais às formas contemporâneas de governança refere-se à substituição progressiva da política pela gestão. Nesse modelo, decisões que afetam profundamente a vida coletiva passam a ser tratadas como questões técnicas, a serem resolvidas por especialistas, consultorias e organismos multilaterais, reduzindo o espaço do debate público e da deliberação democrática. Essa tendência, frequentemente associada à noção de “boa governança”, desloca o foco da legitimidade política para critérios de eficiência, desempenho e racionalidade econômica, em detrimento da participação cidadã e do conflito democrático (Habermas, 2012).

Autores críticos apontam que a governança contemporânea opera, muitas vezes, como um mecanismo de despolitização das decisões públicas. Ao diluir responsabilidades entre múltiplos atores e redes, torna-se mais difícil identificar centros de poder e atribuir responsabilidades políticas.

Rosanvallon (2011) observa que esse processo contribui para a crise de representação e para o aumento da desconfiança em relação às instituições democráticas, uma vez que os cidadãos percebem a distância crescente entre suas demandas e as decisões efetivamente tomadas.

Destarte, a governança tende a fragilizar os mecanismos clássicos de accountability democrática.

No contexto do neoliberalismo, a governança assume um papel funcional à reconfiguração do Estado, orientando-o para a lógica do mercado. Reformas administrativas inspiradas no chamado “novo gerencialismo público” promoveram a privatização de serviços, a terceirização de funções estatais e a adoção de práticas empresariais na gestão pública. Embora justificadas em nome da eficiência e da redução de custos, essas medidas frequentemente resultaram na precarização de direitos sociais e na redução do controle democrático sobre políticas públicas estratégicas (Harvey, 2008).

Carlos Lessa oferece uma crítica contundente a esse modelo ao destacar que a governança neoliberal enfraquece a capacidade do Estado de formular e executar um projeto nacional de desenvolvimento. Para o autor, a transferência de funções estatais para o mercado e para entidades privadas compromete a soberania e subordina a política aos interesses do capital financeiro (Lessa, 1998). Nesse sentido, a governança contemporânea não representa uma ampliação democrática, mas um reordenamento do poder em favor de atores econômicos com baixa ou nenhuma responsabilidade pública.

As instituições como o Fundo Monetário Internacional, o Banco Mundial e

a Organização Mundial do Comércio exercem influência significativa sobre as políticas econômicas e sociais dos Estados nacionais, especialmente nos países periféricos. As condicionalidades associadas a empréstimos e acordos internacionais frequentemente limitam a autonomia dos governos eleitos, restringindo o espaço de decisão democrática (Stiglitz, 2012). Esse fenômeno evidencia uma tensão estrutural entre governança global e soberania popular.

No caso brasileiro, as formas contemporâneas de governança se manifestam de maneira particularmente contraditória. A Constituição Federal de 1988 instituiu um modelo democrático participativo, com amplos mecanismos de controle social e de intervenção cidadã. No entanto, a adoção de políticas neoliberais a partir da década de 1990 introduziu práticas de governança que esvaziaram parte desses espaços, ao priorizar ajustes fiscais, privatizações e parcerias público-privadas em detrimento da deliberação democrática (Dagnino, 2004). Essa coexistência de princípios democráticos e práticas gerenciais revela os limites da governança enquanto instrumento de aprofundamento da democracia.

As parcerias entre Estado e sociedade civil, frequentemente exaltadas no discurso da governança, também têm sido objeto de críticas. Embora possam ampliar a participação de atores sociais na implementação de políticas públicas, essas parcerias nem sempre garantem representatividade ou igualdade de condições entre os envolvidos. Em muitos casos, organizações da sociedade civil passam a atuar como prestadoras de serviços, subordinadas a contratos e metas estabelecidos pelo Estado ou por financiadores privados, o que pode comprometer sua autonomia política e sua capacidade de contestação (Dagnino, 2004).

Do ponto de vista teórico, Jessop (2002) argumenta que a governança contemporânea deve ser analisada como parte de uma estratégia mais ampla de reestruturação do capitalismo. Para Jessop (2002), a transição do governo para a governança reflete a busca por formas mais flexíveis e descentralizadas de regulação, capazes de responder às exigências da acumulação capitalista em um contexto globalizado. Essa leitura reforça a ideia de que a governança não é politicamente neutra, mas profundamente imbricada nas relações de poder e nas dinâmicas econômicas.

A crítica democrática à governança também se articula à noção de “pós-democracia”, formulada por Colin Crouch. Segundo o autor, embora as instituições democráticas formais permaneçam em funcionamento, as decisões centrais são cada vez mais tomadas por elites econômicas e políticas, em espaços fechados e pouco transparentes (Crouch, 2004). A governança, nesse contexto, contribui para a manutenção de uma democracia de baixa intensidade, na qual a participação popular é limitada e o debate público é esvaziado.

Carlos Lessa dialoga com essa perspectiva ao afirmar que a governança contemporânea tende a reduzir a democracia a um conjunto de procedimentos administrativos, dissociados de um projeto nacional de desenvolvimento. Para o autor, a ausência de um horizonte estratégico e a submissão às regras do mercado global transformam o Estado em mero gestor de crises, incapaz de mobilizar a sociedade em torno de objetivos coletivos (Lessa, 2003). Essa crítica é particularmente relevante para países como o Brasil, onde a fragilidade institucional se soma a desigualdades históricas.

Outro aspecto relevante das críticas às formas contemporâneas de governança diz respeito à exclusão social e política. Ao privilegiar atores com maior ca-

pacidade técnica, organizacional e financeira, os arranjos de governança tendem a reproduzir assimetrias de poder, marginalizando grupos populares e movimentos sociais. A promessa de inclusão e participação frequentemente se concretiza de forma seletiva, beneficiando segmentos já integrados ao sistema político e econômico (Avritzer, 2002). Dessa forma, a governança pode reforçar, em vez de reduzir, desigualdades democráticas.

Diante desse conjunto de críticas, diversos autores defendem a necessidade de reapropriação democrática da governança, por meio do fortalecimento do Estado, da ampliação dos espaços deliberativos e da valorização da participação popular. Boaventura de Sousa Santos propõe a construção de uma democracia de alta intensidade, capaz de articular representação, participação e deliberação, enfrentando os limites impostos pelas formas hegemônicas de governança (Santos, 2002). Essa perspectiva converge com a crítica de Carlos Lessa, ao enfatizar a centralidade da política e do projeto nacional.

Nesse sentido, é válido analisar que as formas contemporâneas de governança, embora apresentadas como resposta à crise do Estado e da democracia, revelam profundas contradições quando analisadas à luz da soberania popular e da justiça social. Jessop (2002) compreende que a despolitização das decisões, a subordinação ao mercado e o enfraquecimento do controle democrático configuram limites estruturais desse modelo. Logo, a reflexão crítica proposta por Carlos Lessa evidencia que o fortalecimento da democracia exige mais do que arranjos gerenciais eficientes: requer um Estado comprometido com o desenvolvimento nacional, a inclusão social e a participação efetiva da população. Assim, a superação dos limites da governança contemporânea passa pela reafirmação da política como espaço legítimo de construção do futuro coletivo.

17

**CARLOS LESSA E O
DESENVOLVIMENTO
ECONÔMICO**



A reflexão sobre o desenvolvimento econômico ocupa lugar central na obra de Carlos Lessa e constitui um eixo estruturante para a compreensão de sua interpretação crítica da realidade brasileira. Para o autor, o debate sobre desenvolvimento não pode ser reduzido a indicadores macroeconômicos ou a taxas de crescimento do produto interno bruto, mas deve ser compreendido como um processo histórico, político e social, profundamente vinculado à construção da nação, à soberania e à ampliação da cidadania. Nesse sentido, o desenvolvimento econômico, em Lessa, é inseparável da democracia, do papel do Estado e das escolhas políticas que orientam a organização da economia brasileira (Lessa, 1998).

A economia brasileira, ao longo de sua formação histórica, caracterizou-se por um padrão de desenvolvimento dependente e desigual, marcado pela especialização produtiva, pela concentração de renda e pela fragilidade de um projeto nacional autônomo. Desde o período colonial, a inserção do Brasil na economia mundial ocorreu de forma subordinada, baseada na exportação de produtos primários e na reprodução de estruturas sociais excludentes. Esse padrão foi parcialmente alterado ao longo do século XX, especialmente com a industrialização por substituição de importações, mas nunca plenamente superado (Furtado, 2007). Carlos Lessa insere-se nessa tradição crítica que busca compreender os limites estruturais do desenvolvimento brasileiro.

Influenciado pelo pensamento estruturalista latino-americano, especialmente por autores como Celso Furtado e Raúl Prebisch, Lessa compartilha a ideia de que o subdesenvolvimento não constitui uma etapa atrasada do desenvolvimento capitalista, mas uma condição estrutural reproduzida pelas relações centro-periferia. Para essa corrente teórica, o desenvolvimento exige transformações profundas na estrutura produtiva, na distribuição de renda e na inserção internacional do país (Furtado, 2007). Lessa, contudo, amplia essa abordagem ao enfatizar a dimensão política e cultural do desenvolvimento, articulando economia, democracia e identidade nacional.

No centro da reflexão de Carlos Lessa está a noção de projeto nacional de desenvolvimento. Para o autor, o desenvolvimento econômico não ocorre de forma espontânea nem pode ser delegado exclusivamente às forças do mercado. Ele depende de escolhas políticas deliberadas, de planejamento estatal e de uma visão estratégica de longo prazo. O Estado, nesse contexto, assume papel fundamental como indutor do desenvolvimento, coordenador de investimentos e promotor da integração nacional (Lessa, 1998). A ausência de um projeto nacional coerente resulta, segundo Lessa, em ciclos de crescimento instáveis, vulnerabilidade externa e aprofundamento das desigualdades sociais.

Ao analisar a trajetória econômica brasileira, Lessa identifica momentos em que o país se aproximou de um projeto desenvolvimentista mais consistente, como no período que vai da década de 1930 aos anos 1970. Nesse intervalo, o Estado brasileiro desempenhou papel central na industrialização, na criação de infraestrutura e na consolidação de empresas estatais estratégicas. Apesar das contradições e dos limites desse modelo — incluindo autoritarismo político e exclusão social —, Lessa reconhece que ele permitiu avanços significativos na diversificação produtiva e na redução da dependência externa (Lessa, 2003).

A inflexão ocorrida a partir da década de 1980, com a crise da dívida externa e a ascensão do neoliberalismo, representa, para Carlos Lessa, um ponto de rup-

tura no projeto de desenvolvimento brasileiro. As políticas de ajuste fiscal, liberalização comercial e financeira e privatização de empresas públicas enfraqueceram a capacidade do Estado de orientar o desenvolvimento e comprometeram a soberania econômica do país. Nesse novo paradigma, o crescimento passou a ser subordinado às exigências do mercado financeiro e à lógica da estabilidade monetária, em detrimento do investimento produtivo e das políticas sociais (Lessa, 1998; Harvey, 2008).

As propostas de política econômica defendidas por Carlos Lessa se contrapõem a essa orientação neoliberal. O autor defende a retomada do planejamento estatal, a valorização do investimento público e o fortalecimento de setores estratégicos da economia nacional. Para Lessa, a política econômica deve estar orientada para a geração de emprego, a ampliação do mercado interno e a redução das desigualdades regionais e sociais. A estabilidade macroeconômica, embora importante, não pode ser tratada como um fim em si mesma, mas como instrumento a serviço do desenvolvimento (Lessa, 2003).

Outro elemento central na proposta de Lessa é a defesa da soberania nacional frente à financeirização da economia. O autor critica a hegemonia do capital financeiro e a subordinação das políticas econômicas aos interesses rentistas, que limitam a capacidade de investimento do Estado e comprometem o crescimento de longo prazo. Essa crítica dialoga com análises contemporâneas que apontam os efeitos negativos da financeirização sobre o desenvolvimento, como a instabilidade econômica, a concentração de renda e o enfraquecimento da democracia (Stiglitz, 2012).

Além disso, Carlos Lessa enfatiza a importância da dimensão social do desenvolvimento econômico. Para o autor, não há desenvolvimento verdadeiro sem inclusão social e ampliação dos direitos. A persistência da pobreza e da desigualdade no Brasil revela a incapacidade histórica de articular crescimento econômico e justiça social. Políticas públicas nas áreas de educação, saúde, habitação e ciência e tecnologia são, nesse sentido, componentes essenciais de uma estratégia de desenvolvimento nacional (Sen, 2010). A economia, para Lessa, deve estar a serviço da sociedade, e não o contrário.

Os desafios contemporâneos do desenvolvimento econômico brasileiro aprofundam a atualidade do pensamento de Carlos Lessa. A desindustrialização precoce, a reprimarização das exportações, a dependência tecnológica e a vulnerabilidade externa configuram obstáculos estruturais ao crescimento sustentado. Além disso, a transição para uma economia baseada no conhecimento e na sustentabilidade ambiental impõe novas exigências ao Estado e ao sistema produtivo. Lessa antecipa parte desses debates ao destacar a necessidade de investir em ciência, tecnologia e inovação como pilares do desenvolvimento soberano (Lessa, 2003).

No debate sobre modelos econômicos para o Brasil, a obra de Carlos Lessa oferece uma alternativa crítica tanto ao liberalismo econômico quanto a modelos desenvolvimentistas autoritários. Sua proposta articula crescimento econômico, democracia e participação social, defendendo um Estado forte, porém democrático, capaz de mediar interesses e orientar o desenvolvimento em favor do bem comum. Essa perspectiva converge com abordagens contemporâneas que defendem modelos de desenvolvimento inclusivo, sustentável e socialmente orientado (Santos, 2002).

Ao mesmo tempo, Lessa reconhece que o desenvolvimento é um processo conflitivo, marcado por disputas entre diferentes projetos de sociedade. A implementação de uma política econômica voltada para o desenvolvimento nacional enfrenta resistências de grupos econômicos e interesses internacionais. Por isso, o fortalecimento da democracia e da participação popular é condição fundamental para a construção de um novo modelo de desenvolvimento. Sem base social e política, qualquer projeto econômico tende a se fragilizar e a perder legitimidade (Lessa, 1998).

O pensamento de Carlos Lessa sobre o desenvolvimento econômico oferece uma interpretação crítica e abrangente da economia brasileira, articulando dimensões históricas, políticas e sociais, enfatizando a centralidade do Estado, da soberania e da inclusão social, o autor propõe um paradigma de desenvolvimento que se contrapõe às formas hegemônicas de gestão econômica. Em um contexto marcado por crises recorrentes e desafios estruturais, suas reflexões permanecem relevantes para o debate sobre os rumos do desenvolvimento econômico no Brasil, reafirmando a necessidade de um projeto nacional que combine crescimento, democracia e justiça social.

18

A ECONOMIA BRASILEIRA E OS PARADIGMAS DO DESENVOLVIMENTO



A economia brasileira tem sido historicamente marcada por intensos debates acerca de seus paradigmas de desenvolvimento, os quais refletem não apenas disputas teóricas no campo da economia, mas também projetos políticos, interesses sociais e condicionantes estruturais internos e externos. Desde o período colonial até a contemporaneidade, o Brasil experimentou distintos modelos de organização econômica e estratégias de desenvolvimento, que ora enfatizaram a inserção subordinada no mercado internacional, ora buscaram alternativas baseadas na industrialização, no fortalecimento do Estado nacional e na ampliação do mercado interno (Evans, 2004). Compreender esses paradigmas é fundamental para analisar os dilemas atuais da economia brasileira e as propostas formuladas por intelectuais e formuladores de políticas públicas, como Carlos Lessa, que se insere criticamente nesse debate.

No período colonial e imperial, o padrão de desenvolvimento brasileiro esteve associado ao modelo primário-exportador, baseado na exploração de recursos naturais e na produção agrícola voltada ao mercado externo. Esse modelo consolidou uma estrutura econômica dependente, com baixa diversificação produtiva, forte concentração fundiária e limitada incorporação tecnológica, além de profundas desigualdades sociais (Furtado, 2007). A interpretação clássica do desenvolvimento brasileiro, formulada por autores como Caio Prado Júnior e Celso Furtado, destaca que esse padrão não foi um desvio, mas uma característica estrutural da formação econômica do país, vinculada à lógica do capitalismo internacional e à condição periférica do Brasil (Prado Júnior, 2000; Furtado, 2007).

A partir da década de 1930, especialmente com a crise de 1929 e o colapso do comércio internacional, o Brasil iniciou uma transição significativa em seu paradigma de desenvolvimento, marcada pela industrialização por substituição de importações. Esse novo modelo atribuiu ao Estado um papel central na promoção do desenvolvimento econômico, seja por meio do planejamento, do investimento direto em infraestrutura e indústria de base, seja pela proteção do mercado interno. Autores vinculados ao estruturalismo latino-americano, como Celso Furtado, Raúl Prebisch e Ignácio Rangel, defenderam que o subdesenvolvimento não era uma etapa natural a ser superada automaticamente pelo mercado, mas uma condição estrutural que exigia políticas deliberadas de transformação produtiva e social (Furtado, 2007; Prebisch, 2000).

Nesse contexto, o paradigma desenvolvimentista consolidou-se como referência central da economia brasileira entre as décadas de 1930 e 1980. A criação de empresas estatais estratégicas, como a Petrobras, a Eletrobras e o BNDES, bem como a ampliação do sistema industrial, permitiram avanços expressivos na diversificação produtiva e na urbanização. No entanto, esse modelo também apresentou limites importantes, como a persistência da concentração de renda, a dependência de financiamento externo e a fragilidade da articulação entre crescimento econômico e inclusão social plena. Ainda assim, o desenvolvimentismo brasileiro constituiu um marco fundamental na construção de um projeto nacional de desenvolvimento, que influenciaria gerações posteriores de economistas e pensadores sociais (Bresser-Pereira, 2010).

A crise da dívida externa nos anos 1980 marcou um ponto de inflexão nos paradigmas de desenvolvimento adotados pelo Brasil. A chamada “década perdida” foi caracterizada por baixo crescimento econômico, inflação elevada e deterioração das condições sociais. Nesse cenário, ganhou força o paradigma neoliberal, inspirado nas recomendações do chamado Consenso de Washington, que

defendia a redução do papel do Estado na economia, a liberalização comercial e financeira, as privatizações e o ajuste fiscal como condições para o crescimento e a estabilidade macroeconômica. No Brasil, essas orientações foram implementadas de forma mais intensa a partir da década de 1990, especialmente durante os governos de Fernando Collor e Fernando Henrique Cardoso (Williamson, 2004).

Embora o paradigma neoliberal tenha contribuído para a estabilização monetária, especialmente com o Plano Real, ele também aprofundou debates sobre seus impactos no desenvolvimento de longo prazo. Diversos autores apontam que a ênfase excessiva na estabilidade macroeconômica e na abertura externa não foi acompanhada por uma estratégia consistente de reindustrialização, inovação tecnológica e fortalecimento do mercado interno, resultando em processos de desindustrialização precoce e maior vulnerabilidade externa (Bresser-Pereira, 2018; Oreiro; Feijó, 2010). Nesse sentido, a crítica ao neoliberalismo reatualizou o debate sobre a necessidade de um novo paradigma de desenvolvimento para o Brasil.

É nesse contexto que emergem propostas teóricas e políticas que buscam articular crescimento econômico, soberania nacional e justiça social, retomando e atualizando elementos do desenvolvimentismo clássico. Carlos Lessa insere-se nesse campo crítico, ao enfatizar a importância de compreender a economia brasileira a partir de sua formação histórica, de suas potencialidades internas e de seus limites estruturais. Para Lessa, o desenvolvimento não pode ser reduzido a indicadores macroeconômicos, mas deve ser entendido como um processo civilizatório, que envolve a ampliação das capacidades produtivas, a integração territorial e a inclusão social (Lessa, 2012).

A economia brasileira contemporânea encontra-se, portanto, tensionada por múltiplos paradigmas de desenvolvimento. De um lado, persistem orientações que privilegiam a inserção competitiva no mercado global, com base na exportação de commodities e na atração de capitais financeiros. De outro, ganham relevância propostas que defendem a reconstrução de uma estratégia nacional de desenvolvimento, capaz de articular política industrial, inovação tecnológica, sustentabilidade ambiental e redução das desigualdades regionais e sociais. Esse debate é particularmente relevante diante dos desafios impostos pela globalização, pela revolução tecnológica e pela crise ambiental, que exigem novas formas de pensar o desenvolvimento econômico (Sunkel; Paz, 2019).

Além disso, o debate sobre os paradigmas de desenvolvimento no Brasil não pode ser dissociado da dimensão política e institucional. Prado Junior (2000) argumenta que a capacidade do Estado de formular e implementar políticas de longo prazo, a qualidade das instituições democráticas e a participação social nos processos decisórios são elementos centrais para a consolidação de qualquer projeto desenvolvimentista. A experiência histórica brasileira demonstra que períodos de maior crescimento e transformação estrutural estiveram associados a Estados mais ativos e a coalizões políticas favoráveis ao desenvolvimento nacional (Evans, 2004).

Nesse sentido, a economia brasileira enfrenta o desafio de superar a dicotomia entre Estado e mercado, construindo um paradigma de desenvolvimento que reconheça o papel estratégico do Estado na coordenação econômica, sem desconsiderar a importância da iniciativa privada, da inovação e da eficiência produtiva. Trata-se de um esforço de síntese teórica e prática, que dialogue com a

tradição estruturalista e desenvolvimentista, mas também incorpore as demandas contemporâneas por sustentabilidade, democracia e inclusão social.

Assim, a análise da economia brasileira e de seus paradigmas de desenvolvimento revela um campo de disputas em constante transformação. As contribuições de autores clássicos e contemporâneos permitem compreender que o desenvolvimento não é um processo linear nem neutro, mas resultado de escolhas políticas, conflitos sociais e condicionantes históricos. A reflexão proposta por Carlos Lessa e por outros pensadores críticos reforça a necessidade de resgatar a dimensão histórica e nacional do desenvolvimento, como condição para enfrentar os desafios econômicos e sociais do Brasil no século XXI (Lessa, 2012; Furtado, 2007).



19

**PROPOSTAS DE POLÍTICA
ECONÔMICA SEGUNDO
CARLOS LESSA**



As propostas de política econômica formuladas por Carlos Lessa inscrevem-se em uma tradição crítica do pensamento econômico brasileiro, profundamente enraizada no estruturalismo latino-americano e no desenvolvimentismo nacional. Sua reflexão parte do entendimento de que a economia brasileira não pode ser analisada nem conduzida a partir de modelos abstratos e universalizantes, dissociados da formação histórica, social e territorial do país. Para Lessa, a política econômica deve estar subordinada a um projeto nacional de desenvolvimento, orientado pela soberania, pela inclusão social e pela valorização das potencialidades internas da economia brasileira, em oposição às estratégias de ajuste macroeconômico centradas exclusivamente na estabilidade monetária e na liberalização dos mercados (Lessa, 2012).

Um dos eixos centrais das propostas de Carlos Lessa é a crítica à hegemonia do paradigma neoliberal na condução da política econômica brasileira, especialmente a partir da década de 1990. Segundo o autor, a subordinação da política econômica aos interesses do capital financeiro internacional resultou na fragilização da capacidade do Estado de induzir o desenvolvimento, na desarticulação do sistema produtivo nacional e na ampliação das desigualdades sociais e regionais. Para Lessa, políticas fiscais, monetárias e cambiais excessivamente restritivas comprometem o crescimento econômico de longo prazo e limitam a capacidade do país de investir em infraestrutura, ciência, tecnologia e políticas sociais estruturantes (Lessa, 2008).

Nesse sentido, Lessa propõe uma redefinição do papel da política macroeconômica, que deve deixar de ser um fim em si mesma e passar a funcionar como instrumento do desenvolvimento. A estabilidade monetária é reconhecida como condição necessária, mas não suficiente, para o desenvolvimento econômico. Assim, o autor defende uma política fiscal ativa, capaz de sustentar investimentos públicos estratégicos, e uma política monetária menos subordinada ao combate exclusivo da inflação, considerando seus impactos sobre o emprego, o crédito e a produção (Furtado, 2007; Chesnais, 2016). Essa abordagem dialoga com a tradição keynesiana e com o novo-desenvolvimentismo, ao enfatizar a importância da demanda agregada e do investimento público para a dinamização da economia (Keynes, 1996; Bresser-Pereira, 2018).

Outro elemento central nas propostas de política econômica de Carlos Lessa é o fortalecimento do Estado como agente indutor do desenvolvimento. Para o autor, o Estado brasileiro não deve ser reduzido a um mero regulador de mercados, mas atuar de forma planejada e estratégica na coordenação do processo de desenvolvimento econômico e social. Isso implica recuperar a capacidade de planejamento de longo prazo, enfraquecida pelas reformas neoliberais, e fortalecer instituições públicas como o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), as empresas estatais e os órgãos de planejamento governamental (Lessa, 2012).

No campo da política industrial, Lessa defende a necessidade de uma estratégia nacional voltada à reindustrialização e à agregação de valor à estrutura produtiva brasileira. Para ele, a desindustrialização precoce compromete a capacidade do país de gerar empregos qualificados, inovar tecnologicamente e reduzir sua vulnerabilidade externa. A política industrial, nesse contexto, deve ser articulada a políticas de ciência, tecnologia e inovação, com foco na internalização de centros decisórios, no fortalecimento das cadeias produtivas nacionais e na redução da dependência tecnológica em relação aos países centrais (Furtado,

2007; Lessa, 2008).

A valorização do mercado interno constitui outro pilar das propostas de política econômica de Carlos Lessa. O autor argumenta que o Brasil possui uma das maiores populações do mundo e um mercado interno potencialmente dinâmico, capaz de sustentar um ciclo virtuoso de crescimento econômico e inclusão social. De acordo com Bresser-pereira (2018), as políticas de distribuição de renda, valorização do salário-mínimo, ampliação do emprego formal e fortalecimento das políticas sociais são vistas não apenas como medidas de justiça social, mas como instrumentos econômicos fundamentais para estimular a demanda e impulsionar o crescimento. Essa perspectiva rompe com a visão ortodoxa que trata políticas sociais como custos fiscais e as reconhece como investimentos estratégicos para o desenvolvimento (Lessa, 2012; Sen, 2010).

No plano externo, Carlos Lessa critica a inserção passiva e subordinada do Brasil na economia global. Para o autor, a dependência excessiva da exportação de commodities e da entrada de capitais financeiros torna o país vulnerável a choques externos e limita sua autonomia na formulação de políticas econômicas. Como alternativa, Lessa defende uma estratégia de inserção internacional soberana, baseada na diversificação das exportações, no fortalecimento do comércio regional e sul-sul e na construção de alianças estratégicas que ampliem a margem de manobra do Estado nacional. Essa proposta dialoga com a tradição cepalina e com as reflexões sobre dependência e desenvolvimento na América Latina (Prebisch, 2000; Sunkel; Paz, 2019).

A dimensão territorial do desenvolvimento também ocupa lugar central nas propostas de política econômica de Carlos Lessa. Para o autor, o Brasil é marcado por profundas desigualdades regionais, resultado de um processo histórico de concentração econômica e de ausência de políticas de integração territorial efetivas. A política econômica, portanto, deve incorporar uma perspectiva regional, promovendo investimentos públicos em infraestrutura, logística, energia e serviços sociais nas regiões historicamente marginalizadas. O desenvolvimento regional não é visto apenas como uma questão distributiva, mas como estratégia para ampliar a base produtiva nacional e integrar o território de forma mais equilibrada (Lessa, 2008).

Além disso, Lessa enfatiza a necessidade de democratizar o processo de formulação da política econômica. Para ele, as decisões econômicas não podem permanecer restritas a tecnocracias isoladas da sociedade, mas devem ser objeto de debate público e participação social. A transparência, o controle social e o fortalecimento das instituições democráticas são condições fundamentais para a construção de um projeto nacional de desenvolvimento legítimo e sustentável. Essa visão aproxima a política econômica de uma concepção ampliada de democracia, na qual o desenvolvimento é entendido como resultado de escolhas coletivas e não apenas de imperativos de mercado (Evans, 2004).

Outro aspecto relevante das propostas de Carlos Lessa é a crítica à financeirização da economia brasileira. O autor aponta que a crescente predominância do capital financeiro sobre o capital produtivo distorce os incentivos econômicos, desestimula o investimento produtivo e aprofunda a concentração de renda. Nesse sentido, Lessa defende políticas de regulação do sistema financeiro, controle de fluxos especulativos de capital e estímulo ao crédito produtivo de longo prazo, especialmente para a indústria, a agricultura familiar e os pequenos

e médios empreendimentos (Lessa, 2012; Chesnais, 2016).

Por final, as propostas de política econômica segundo Carlos Lessa estão profundamente articuladas a uma concepção ética e civilizatória de desenvolvimento. Para o autor, o crescimento econômico deve estar subordinado à melhoria das condições de vida da população, à preservação da soberania nacional e à construção de uma sociedade menos desigual. O desenvolvimento não é apenas um processo técnico, mas um projeto político e social que exige escolhas claras e compromisso com o futuro do país. Assim, a política econômica deve ser pensada como instrumento de transformação estrutural, orientada por valores democráticos, inclusivos e nacionais (Lessa, 2008).

Outrossim, observa-se que as propostas de política econômica formuladas por Carlos Lessa constituem uma crítica consistente aos paradigmas ortodoxos e uma defesa de um projeto nacional de desenvolvimento baseado no fortalecimento do Estado, na valorização do mercado interno, na reindustrialização, na redução das desigualdades e na soberania econômica.

20

**DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS
E MODELOS ECONÔMICOS DO
BRASIL**



Os desafios contemporâneos enfrentados pela economia brasileira colocam em evidência a persistência de dilemas estruturais históricos, ao mesmo tempo em que revelam novas contradições decorrentes das transformações do capitalismo global. À luz do pensamento de Carlos Lessa, esses desafios não podem ser compreendidos apenas como problemas conjunturais, mas como expressões de um modelo econômico que, ao longo das últimas décadas, oscilou entre tentativas desenvolvimentistas e a adesão a paradigmas liberalizantes, frequentemente desconectados das especificidades nacionais. Para Lessa, a ausência de um projeto nacional de desenvolvimento consistente compromete a capacidade do Brasil de enfrentar seus problemas estruturais e de construir um modelo econômico socialmente inclusivo e soberano (Lessa, 2012).

Um dos principais desafios contemporâneos da economia brasileira reside no baixo dinamismo do crescimento econômico de longo prazo. Após ciclos de expansão e retração, o país apresenta dificuldades persistentes em sustentar taxas elevadas e contínuas de crescimento. Esse fenômeno está associado, segundo Lessa, à fragilidade do investimento produtivo, à financeirização da economia e à perda de densidade da estrutura industrial. A prioridade conferida à estabilidade macroeconômica, sobretudo por meio de políticas monetárias restritivas e juros elevados, limitou a capacidade do Estado de induzir o crescimento e desestimulou o investimento de longo prazo, reforçando a dependência do capital financeiro (Lessa, 2008; Bresser-Pereira, 2018).

A desindustrialização precoce constitui outro desafio central para o modelo econômico brasileiro contemporâneo. O enfraquecimento da indústria de transformação reduziu a capacidade do país de gerar empregos qualificados, inovar tecnologicamente e ampliar sua competitividade internacional. Para Carlos Lessa, a indústria desempenha papel estratégico no desenvolvimento econômico, pois articula cadeias produtivas, promove ganhos de produtividade e sustenta o avanço tecnológico. A substituição de uma estratégia industrial consistente por uma inserção internacional baseada na exportação de commodities compromete o potencial de desenvolvimento de longo prazo e aprofunda a vulnerabilidade externa da economia brasileira (Furtado, 2007; Lessa, 2012).

Associada a esse processo está a reprimarização da pauta exportadora, que reforça um padrão de especialização regressivo. Embora o agronegócio e o setor mineral tenham desempenhado papel relevante na geração de divisas, a excessiva dependência desses setores limita a diversificação produtiva e expõe o país às oscilações dos preços internacionais. Na perspectiva de Lessa, esse modelo de inserção internacional reproduz traços históricos da dependência econômica brasileira, dificultando a internalização dos centros decisórios e a construção de uma economia mais complexa e integrada (Prebisch, 2000; Lessa, 2008).

Outro desafio contemporâneo fundamental refere-se às desigualdades sociais e regionais, que permanecem como marcas estruturais do modelo econômico brasileiro. Apesar de avanços pontuais em determinados períodos, o Brasil segue figurando entre os países mais desiguais do mundo. Para Lessa, a desigualdade não é um efeito colateral do desenvolvimento, mas um elemento constitutivo de um modelo econômico excludente, que concentra renda, riqueza e poder político. A superação desse desafio exige políticas econômicas redistributivas, fortalecimento do mercado interno e ampliação do acesso da população a direitos sociais básicos, como educação, saúde e trabalho digno (Sen, 2010; Lessa, 2012).

No campo fiscal, o Brasil enfrenta o desafio de conciliar sustentabilidade das contas públicas com a necessidade de investimento em infraestrutura e políticas sociais. A adoção de políticas de austeridade fiscal, especialmente após a crise econômica de meados da década de 2010, aprofundou a retração do investimento público e limitou a capacidade do Estado de atuar como indutor do desenvolvimento. Carlos Lessa critica a visão que reduz a política fiscal a um exercício contábil, desconsiderando seus efeitos econômicos e sociais. Para o autor, o equilíbrio fiscal deve ser compatível com a promoção do crescimento e do bem-estar social, e não alcançado à custa da compressão do investimento e do gasto social (Lessa, 2008; Keynes, 1996).

Outro desafio relevante diz respeito à financeirização da economia brasileira e à centralidade do sistema financeiro na definição das políticas econômicas. A elevada rentabilidade dos ativos financeiros, associada a taxas de juros historicamente altas, desestimula o investimento produtivo e reforça a concentração de renda. Lessa argumenta que a hegemonia do capital financeiro compromete a autonomia da política econômica e subordina o desenvolvimento nacional aos interesses de curto prazo do mercado financeiro. Nesse contexto, a regulação do sistema financeiro e a ampliação do crédito produtivo de longo prazo tornam-se elementos essenciais para a construção de um modelo econômico alternativo (Chesnais, 2016; Lessa, 2012).

No plano institucional, o Brasil enfrenta o desafio de fortalecer sua capacidade de planejamento e coordenação do desenvolvimento. A fragilização das instituições públicas de planejamento econômico e a descontinuidade das políticas públicas dificultam a implementação de estratégias de longo prazo. Para Carlos Lessa, o desenvolvimento exige visão estratégica, coordenação estatal e estabilidade institucional. A ausência desses elementos resulta em políticas fragmentadas e reativas, incapazes de enfrentar os desafios estruturais da economia brasileira (Evans, 2004; Lessa, 2008).

Diante desses desafios, os modelos econômicos em disputa no Brasil revelam projetos distintos de sociedade e desenvolvimento. De um lado, persiste o modelo liberal-ortodoxo, centrado na abertura econômica, na desregulação dos mercados e na redução do papel do Estado. Esse modelo parte do pressuposto de que o crescimento econômico resulta automaticamente do bom funcionamento dos mercados e da disciplina macroeconômica. Para Lessa, essa visão ignora as especificidades históricas e estruturais do Brasil, além de desconsiderar os efeitos sociais e territoriais das políticas econômicas adotadas (Lessa, 2012).

Em contraposição, o modelo desenvolvimentista, defendido por Carlos Lessa e outros autores do pensamento econômico brasileiro, propõe uma estratégia baseada no fortalecimento do Estado, na reindustrialização, na valorização do mercado interno e na redução das desigualdades. Esse modelo reconhece o papel central do investimento público, da política industrial e da integração entre políticas econômicas e sociais. Ao invés de subordinar o desenvolvimento às exigências do mercado financeiro, propõe submeter a economia a um projeto político orientado pela soberania nacional e pela justiça social (Bresser-Pereira, 2018; Furtado, 2007).

Mais recentemente, emergem debates sobre modelos de desenvolvimento sustentável e inclusivo, que incorporam preocupações ambientais e sociais às estratégias econômicas. Embora Carlos Lessa tenha concentrado suas análises

sobretudo nas dimensões econômicas e sociais do desenvolvimento, sua crítica ao produtivismo acrítico e à subordinação da economia aos interesses do capital financeiro dialoga com as reflexões contemporâneas sobre sustentabilidade. Para o autor, o desenvolvimento deve respeitar as especificidades territoriais e culturais do país, evitando a reprodução de modelos exógenos que aprofundem desigualdades e degradação ambiental (Lessa, 2008).

Outro desafio contemporâneo refere-se à inserção do Brasil na economia do conhecimento e na revolução tecnológica em curso. A baixa capacidade de investimento em ciência, tecnologia e inovação compromete a competitividade do país e sua capacidade de agregar valor à produção. Lessa destaca que o desenvolvimento tecnológico não é resultado espontâneo do mercado, mas exige políticas públicas consistentes, investimento estatal e articulação entre universidades, empresas e governo. A negligência dessa dimensão aprofunda a dependência tecnológica e limita as possibilidades de desenvolvimento autônomo (Lessa, 2012).

Por fim, Carlos Lessa enfatiza que os desafios econômicos contemporâneos do Brasil estão intrinsecamente ligados à dimensão política e democrática. A construção de um novo modelo econômico exige participação social, debate público e fortalecimento das instituições democráticas. As escolhas econômicas não são neutras, mas refletem interesses, valores e projetos de sociedade. Nesse sentido, enfrentar os desafios do desenvolvimento brasileiro implica resgatar a política econômica como espaço de decisão coletiva e de construção de um projeto nacional inclusivo e soberano (Lessa, 2008).

21

CONSIDERAÇÕES FINAIS



A obra de Carlos Lessa acerca da relação entre democracia e desenvolvimento econômico no Brasil presta relevante contributo no âmbito do Pensamento Social Brasileiro e dialogando com os principais debates epistêmicos e históricos sobre o desenvolvimento nacional. Ao longo do trabalho, buscou-se demonstrar que a obra de Lessa ultrapassa uma abordagem estritamente econômica, constituindo-se como um projeto intelectual comprometido com a soberania nacional, a inclusão social e o fortalecimento da democracia como dimensão indissociável do desenvolvimento.

A partir da discussão dos conceitos centrais, evidenciou-se que democracia e desenvolvimento econômico, longe de constituírem esferas autônomas, mantêm uma relação de interdependência profunda. A democracia, entendida como processo histórico e prática social, condiciona a forma como as decisões econômicas são tomadas, enquanto o desenvolvimento econômico, por sua vez, impacta diretamente a qualidade da vida democrática. Nesse sentido, o pensamento de Carlos Lessa contribui para superar visões reducionistas que dissociam crescimento econômico de justiça social e participação política, reafirmando a centralidade do projeto nacional como horizonte de análise e ação.

A análise da trajetória intelectual e da biografia de Carlos Lessa permitiu compreender como sua produção teórica está profundamente vinculada à sua experiência histórica, institucional e política. Sua atuação como intelectual público, economista e gestor reforça a ideia de que o conhecimento econômico não é neutro, mas orientado por escolhas éticas e políticas. Os principais temas de pesquisa e debate abordados por Lessa — como o desenvolvimento nacional, a crítica ao neoliberalismo, a defesa do Estado como indutor do desenvolvimento e a valorização do mercado interno — revelam uma preocupação constante com os limites estruturais do capitalismo periférico e com as possibilidades de transformação social no Brasil.

No campo da democracia, Lessa oferece uma leitura crítica das formas contemporâneas de governança, denunciando a captura das decisões econômicas por interesses financeiros e tecnocráticos. Sua defesa da participação popular e do fortalecimento das instituições democráticas aponta para a necessidade de ampliar o debate público sobre os rumos da política econômica, reconhecendo que as escolhas macroeconômicas afetam diretamente a vida da população. Assim, a democracia, em sua perspectiva, não se restringe ao plano formal, mas deve se expressar na capacidade da sociedade de influenciar o projeto de desenvolvimento nacional.

No que se refere ao desenvolvimento econômico, a contribuição de Carlos Lessa destaca-se pela crítica contundente aos modelos liberalizantes e pela defesa de uma estratégia desenvolvimentista adaptada às especificidades brasileiras. Ao enfatizar a importância da reindustrialização, do investimento público, da redução das desigualdades regionais e da soberania econômica, Lessa reafirma a atualidade do pensamento estruturalista e desenvolvimentista frente aos desafios contemporâneos. Sua crítica à financeirização da economia e à reprimarização da pauta produtiva evidencia os limites de um modelo econômico baseado na dependência externa e na concentração de renda.

A análise dos desafios contemporâneos e dos modelos econômicos em disputa no Brasil reforçou a pertinência do pensamento de Carlos Lessa para a compreensão do cenário atual. A persistência do baixo crescimento, das desigualda-

des sociais, da fragilidade industrial e da instabilidade institucional demonstra que muitos dos problemas diagnosticados por Lessa permanecem sem solução. Nesse contexto, suas reflexões oferecem importantes subsídios para a construção de alternativas ao modelo econômico dominante, orientadas por um projeto nacional de desenvolvimento democrático e inclusivo.

Em epítome, a obra de Carlos Lessa permanece extremamente relevante para o debate acadêmico e político sobre o futuro do Brasil. Sua concepção de desenvolvimento como processo histórico, político e social reafirma a necessidade de articular crescimento econômico, democracia e justiça social.

Por final, mais do que gama de proposições econômicas, o pensamento de Lessa constitui um convite à reflexão crítica sobre os rumos da República Brasileira e a construção coletiva de um projeto nacional comprometido com a soberania, a inclusão e a democracia.

REFERÊNCIAS

- AVRITZER, Leonardo. **Democracia e os limites da política institucional**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.
- AVRITZER, Leonardo. **Democracia e participação**: a experiência do orçamento participativo no Brasil. São Paulo: Cortez, 2002.
- BIELSCHOWSKY, Ricardo. **Pensamento econômico brasileiro**: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000.
- BOBBIO, Norberto. **O futuro da democracia**. 9. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000.
- BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. **Globalização e competição**: por que alguns países emergentes têm sucesso e outros não. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.
- BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. **Em busca do desenvolvimento perdido**: um projeto novo-desenvolvimentista para o Brasil. Rio de Janeiro: FGV, 2018.
- BÜTHE, Tim; MILNER, Helen V. The politics of foreign direct investment into developing countries: increasing FDI through international trade agreements? **American Journal of Political Science**, v. 52, n. 4, p. 741–762, 2008.
- CARDOSO, Fernando Henrique; FALETTO, Enzo. **Dependência e desenvolvimento na América Latina**. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.
- CHANG, Ha-Joon. **Chutando a escada**: a estratégia do desenvolvimento em perspectiva histórica. São Paulo: UNESP, 2004.
- COPPEDGE, Michael et al. **V-Dem methodology v11**. Gothenburg: Varieties of Democracy Institute, 2021.
- CROUCH, Colin. **Post-democracy**. Cambridge: Polity Press, 2004.
- DAGNINO, Evelina. Sociedade civil, participação e cidadania: de que estamos falando? In: DAGNINO, Evelina (org.). **Sociedade civil e espaços públicos no Brasil**. São Paulo: Paz e Terra, 2004. p. 95-110.
- DAHL, Robert A. **Sobre a democracia**. Brasília: Editora UnB, 2005.
- EVANS, Peter. **Embedded autonomy**: states and industrial transformation. Princeton: Princeton University Press, 1995.
- EVANS, Peter. **Autonomia e parceria**: Estados e transformação industrial. Rio de Janeiro: UFRJ, 2004.
- FERNANDES, Florestan. **A revolução burguesa no Brasil**. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.
- FIORI, José Luís. **O poder global e a nova geopolítica das nações**. São Paulo: Boitempo, 1999.
- FINLEY, Moses I. **Democracia antiga e moderna**. Rio de Janeiro: Graal, 1988.
- FRIEDMAN, Milton. **Capitalismo e liberdade**. São Paulo: Abril Cultural, 1984.
- FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. 32. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2000.
- HABERMAS, Jürgen. **Direito e democracia**: entre facticidade e validade. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997.
- HABERMAS, Jürgen. **A crise da União Europeia**. São Paulo: Unesp, 2012.
- HAYEK, Friedrich A. **O caminho da servidão**. São Paulo: Instituto Ludwig von Mises Brasil, 2011.
- HOBSBAWM, Eric. **A era das revoluções**: 1789-1848. 25. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra,

2012.

JESSOP, Bob. **The future of the capitalist state**. Cambridge: Polity Press, 2002.

LESSA, Carlos. **A estratégia do desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Campus, 1998.

LESSA, Carlos. **O Rio de todos os Brasis**. Rio de Janeiro: Record, 2000.

LESSA, Carlos. **O desenvolvimento nacional: reflexões críticas**. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

LESSA, Carlos. **A estratégia nacional e o desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Garamond, 2008.

LESSA, Carlos. **O nó do subdesenvolvimento brasileiro**. Rio de Janeiro: Record, 2012.

LIPSET, Seymour Martin. **Political man: the social bases of politics**. New York: Doubleday, 1960.

MARSHALL, T. H. **Cidadania, classe social e status**. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política**. Livro I. São Paulo: Boitempo, 2013.

MUNCK, Gerardo L.; VERKUILEN, Jay. Conceptualizing and measuring democracy. **Comparative Political Studies**, v. 35, n. 1, p. 5–34, 2002.

O'DONNELL, Guillermo. **Democracia, agência e Estado: teoria com intenção comparativa**. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

ONU. **Transformando nosso mundo: a Agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável**. Nova York: ONU, 2015.

OREIRO, José Luis; FEIJÓ, Carmem Aparecida. Desindustrialização: conceituação, causas, efeitos e o caso brasileiro. **Revista de Economia Política**, São Paulo, v. 30, n. 2, p. 219-232, 2010.

PATEMAN, Carole. **Participação e teoria democrática**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

PNUD. **Relatório do Desenvolvimento Humano 2020**. Brasília: PNUD, 2020.

POLANYI, Karl. **A grande transformação**. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

PRADO JÚNIOR, Caio. **História econômica do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 2000.

PREBISCH, Raúl. **O desenvolvimento econômico da América Latina e alguns de seus principais problemas**. São Paulo: Contraponto, 2000.

PRZEWORSKI, Adam et al. **Democracy and development: political institutions and well-being in the world, 1950–1990**. Cambridge: Cambridge University Press, 2000.

RANGEL, Ignácio. **Obras reunidas**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005.

RHODES, R. A. W. The new governance: governing without government. **Political Studies**, v. 44, n. 4, p. 652-667, 1996.

RICARDO, David. **Princípios de economia política e tributação**. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

ROSANVALLON, Pierre. **A contrademocracia: a política na era da desconfiança**. São Paulo: Martins Fontes, 2011.

ROSTOW, Walt Whitman. **As etapas do desenvolvimento econômico: um manifesto não comunista**. Rio de Janeiro: Zahar, 1961.

SACHS, Ignacy. **Desenvolvimento: incluyente, sustentável, sustentado**. Rio de Janeiro: Garamond, 2008.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Democratizar a democracia: os caminhos da democracia participativa**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

- SCHUMPETER, Joseph A. **Capitalismo, socialismo e democracia**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961.
- SCHUMPETER, Joseph A. **Capitalismo, socialismo e democracia**. 2.ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1984.
- SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.
- SMITH, Adam. **A riqueza das nações**. São Paulo: Nova Cultural, 1996.
- SOUZA, Jessé. **A elite do atraso: da escravidão à Lava Jato**. Rio de Janeiro: Leya, 2018.
- STIGLITZ, Joseph E.; SEN, Amartya; FITOUSSI, Jean-Paul. **Mismeasuring our lives: why GDP doesn't add up**. New York: The New Press, 2010.
- STIGLITZ, Joseph E. O preço da desigualdade. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.
- SUNKEL, Osvaldo; PAZ, Pedro. **El subdesarrollo latinoamericano y la teoría del desarrollo**. Ciudad de México: Siglo XXI, 2019.
- TAVARES, Maria da Conceição. **Da substituição de importações ao capitalismo financeiro**. Rio de Janeiro: Zahar, 1974.
- TAVARES, Maria da Conceição. **Da substituição de importações ao capitalismo financeiro**. 3.ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.
- TILLY, Charles. **Democracy**. Cambridge: Cambridge University Press, 2007.
- TOCQUEVILLE, Alexis de. **A democracia na América**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.
- WEBER, Max. **Economia e sociedade**. Brasília: UnB, 1999.
- WILLIAMSON, John. What Washington means by policy reform. In: WILLIAMSON, John (org.). **Latin American adjustment: how much has happened?** Washington: Institute for International Economics, 1990.

O livro **Carlos Lessa e o Brasil** apresenta uma reflexão profunda sobre o pensamento econômico e social de um dos mais importantes intelectuais brasileiros. A obra percorre a trajetória intelectual de Carlos Lessa, destacando sua visão crítica sobre o desenvolvimento nacional, a industrialização, o papel do Estado e a soberania econômica. Ao articular economia, história e política, o livro evidencia a defesa de um projeto nacional comprometido com a redução das desigualdades e a valorização do Brasil. Trata-se de uma leitura essencial para compreender os desafios estruturais do país e o legado de um pensador fundamental do desenvolvimentismo brasileiro.

ISBN 978-65-84364-28-8

